



Da Cultura

Ano XX – Nº 35 – Novembro de 2020 – ISSN 1984-3690

Forte de Santa Luzia

ENTREVISTA

Dr. Marcos Arbaitman

ARTIGOS

Missão Dada, Missão Cumprida

Waldir Siqueira

Homenagem ao General de Exército

Joubert de Oliveira Brízida

Paulo Roberto Rodrigues Teixeira

General Esper - Função Solidária ao Líbano

Roberto Duailibi

Homenagem ao Maestro Benito Juarez

Paulo Roberto Rodrigues Teixeira

Um Exemplo para os Brasileiros

Flávio Corrêa

IMBEL – 45 Anos, Raízes e Expectativas

Equipe IMBEL

O Tiro de Artilharia na Amazônia

Paulo Roberto Corrêa de Assis

Capistrano de Abreu e a História Militar

Arno Wehling

Forte de Santa Luzia - Elvas, em Portugal

Isabel Pinto



Editorial

Estamos todos vivendo os impactos da pandemia que se abateu sobre a nossa sociedade: no campo militar, na cultura, na área econômica, na educação e na indústria militar de defesa.

Esses são temas, que serão abordados de modos específicos, neste número da nossa revista, por renomados articulistas.

O número 35 da Revista DaCultura registra a entrevista com o Dr. Marcos Arbaitman, que acaba de deixar a Presidência da FUNCEB e passa a integrar o seu Conselho Técnico-Consultivo.

Mas não poderíamos deixar de assinalar, antes de todos, os excepcionais serviços prestados por esses combatentes vestidos de branco - médicos, enfermeiros, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, dentistas, técnicos de enfermagem - e demais servidores da área, que estão se tornando o exemplo a exaltar por todos nós brasileiros.

O Dr. Flávio Corrêa, Presidente do Conselho de Curadores da FUNCEB, dedica-lhes o texto: "Um exemplo para os brasileiros".

O Dr. Flávio, esse gaúcho índio, que acaba de vencer a maldição, peleando que nem "xiru bagual", como gosta de se referir a episódios de sua vida pessoal.

O nosso Presidente, Dr. Waldir Siqueira, no seu artigo inicial, "Missão dada, missão cumprida", ressalta o seu sentimento de responsabilidade quanto ao cumprimento de todas as determinações estatutárias estabelecidas para a nossa FUNCEB. Acena, também, para o desenvolvimento de dois projetos na área de restauração: a Revitalização do Pantheon de Caxias, no Rio de Janeiro, e a Restauração da Estátua Equestre do Patrono do Exército, em São Paulo. Compromete-se, também, em sustentar e dar continuidade ao magnífico trabalho de expansão da nossa Banda Sinfônica.

A IMBEL, Indústria de Material Bélico do Brasil, apresenta-nos um relato precioso que aborda os aspectos mais relevantes do processo de evolução histórica da Indústria Militar de Defesa no âmbito do Exército Brasileiro. Não só o desenvolvimento patrimonial e tecnológico, mas, também, as grandes visões estratégicas que têm orientado esse evoluir no tempo.

O General Assis brinda-nos com um artigo em que relata acontecimentos e conhecimentos essenciais para a implantação da técnica de Tiro de Artilharia na Selva Amazônica Brasileira.

Desde a percepção da ausência do Grupo de Artilharia de Selva na estrutura das Brigadas de Infantaria de Selva, constatada em 1986, até a organização de um "exercício" que comprovasse a exequibilidade do Tiro de Artilharia na Selva, em 1988, sucedem-se variados acontecimentos que dão à decisão a ser tomada (incluir um Grupo de

Artilharia de Campanha na estrutura de uma Brigada de Infantaria de Selva) um caráter experimental.

Esse número da nossa revista registra esses acontecimentos.

Acompanha a nossa revista o Suplemento, elaborado pelo Gen Márcio Bettga Bergo, Presidente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, em homenagem ao centenário da Intendência do Exército Brasileiro.

Texto admirável, que focaliza aspectos fundamentais para a construção da historiografia da Intendência do Exército. Esse artigo recebe a apresentação do General de Divisão Sebastião Peçanha.

Autor e apresentador, dois personagens marcantes da construção da História Militar Contemporânea do Exército.

Nosso querido Exército, o principal responsável, desde 1536, pela posse integral desse país continental, falando um único idioma, pela sustentação de toda a estrutura institucional que viabiliza a organização do estado brasileiro e possibilita a construção de uma cultura multifacetada, riquíssima.

Prestamos também homenagens ao nosso Ex-Presidente, Gen Joubert, e ao nosso estimado Maestro Benito Juarez, que deu sentido e rumo ao posicionamento da FUNCEB em relação ao que se poderia denominar de “expressão musical”.

São homenagens que não recompensam todo o merecimento pelos serviços prestados à FUNCEB.

Recebemos a honra de contar com o texto do Prof. Arno Wehling, Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que analisa a contribuição de Capistrano de Abreu para a historiografia militar brasileira.

O Prof. Arno mostra como Capistrano enfoca as “Ondulações Sociais” atuando sobre os Fenômenos Militares da época e não centraliza suas atenções sobre o caráter propriamente social do Fenômeno da Guerra.

A Prof^a Isabel Pinto retorna às nossas páginas para, com sua sabedoria, analisar, agora, o Forte de Santa Luzia, construído entre 1643 e 1648, na freguesia de Assunção, no Conselho de Elvas, Distrito de Portalegre, em Portugal. Essa fortificação desempenhou um papel importante durante a Guerra da Sucessão de Espanha (1703-1712), resistindo a dois cercos e durante as Invasões Francesas (1703-1712). Integra a lista de bens patrimoniais classificados como Patrimônio Mundial pela UNESCO.

Desde Novembro de 2001, o aquartelamento abriga as instalações do Museu Militar do Forte de Santa Luzia e tornou-se um Centro da Cultura Militar Portuguesa.

Boa leitura.

Diretor

Synésio Scofano Fernandes

Editor

Fundação Cultural Exército Brasileiro

Redator-Chefe

Paulo Roberto Rodrigues Teixeira

Colaborador

Juarez Genial

Revisão

Álvaro Luís Sarkis da Silva

Assistente de redação

Francisco Ferreira Machado
Marcos Trajano de Souza

Editoração eletrônica

Murillo Machado

Impressão

Gráfica COAN

Os conceitos emitidos nas matérias assinadas são de exclusiva responsabilidade dos autores, não refletindo necessariamente a opinião da Revista e do Exército Brasileiro.

A Revista não se responsabiliza pelos dados cujas fontes estejam devidamente citadas.

Salvo expressa disposição em contrário, é permitida a reprodução total ou parcial das matérias publicadas, desde que mencionados o autor e a fonte.

Aceita-se intercâmbio com publicações nacionais ou estrangeiras.

Os originais deverão ser produzidos em formato A4 (210 x 297), com margens de 2,5cm (usar apenas um lado de cada folha, com letras de 12 pontos e entrelinhamento duplo), acompanhados de uma síntese do currículo e do endereço postal.

Os originais encaminhados à redação não serão devolvidos.

As referências bibliográficas devem ser feitas de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Por imposição de espaço, a redação, sem alterar o sentido e o conteúdo, pode fazer pequenas alterações no texto original.

Fundação Cultural Exército Brasileiro

Palácio Duque de Caxias

Praça Duque de Caxias

Nº 25 – Centro

Ala Marclio Dias – 5º andar

Rio de Janeiro – RJ

CEP 20221-260

Tel: 21 2519-5352

Fax: 21 2519-5106

E-mail: funcceb@funcceb.org.br

www.funcceb.org.br

PUBLICAÇÃO SEMESTRAL

Distribuição gratuita

Tiragem: 9.000 exemplares

Sumário

ENTREVISTA

14 - Dr. Marcos Arbaitman.....



ARTIGOS

05 - Missão Dada Missão Cumprida

Waldir Siqueira.....



08 - Homenagem ao Gen Ex Joubert de Oliveira Brízida

Paulo Roberto Rodrigues Teixeira



10 - General Esper - Função Solidária ao Líbano

Roberto Duailibi

12- Homenagem ao Maestro Benito Juarez

Paulo Roberto Rodrigues Teixeira



19 - Um Exemplo para os Brasileiros

Flávio Corrêa

21 - IMBEL – 45 Anos, Raízes e expectativas

Equipe IMBEL.....



36 - O Tiro de Artilharia na Amazônia

Paulo Roberto Corrêa de Assis



45 - Capistrano de Abreu e a História Militar

Arno Wehling.....



52 - Forte de Santa Luzia - Elvas, em Portugal

Isabel Pinto



AGRADECIMENTOS

À Beatriz, secretária do Dr. Arbaitman, pela sua eficiência e responsabilidade, não medindo esforços em responder as nossas solicitações na confecção da entrevista.

Ao Cel Afonso, Cmt do 8º GAC Pqdt, que contribuiu com riquíssimo material, acervo histórico de grande valor da unidade, para enriquecer o artigo sobre o 1º Tiro de Artilharia na Selva.

Aos articulistas que, mais uma vez, quando convidados, nos presentearam com belíssimos artigos.

À Fundação Habitacional do Exército, pela sua nobreza, em entender a grandiosidade deste projeto, patrocinando mais uma vez esta revista.

A minha alma espera somente em Deus; dele vem a minha salvação.

Sl 62:1



Nossa capa

Fortaleza de Santa Luzia
Elvas - Portugal

Missão dada, missão cumprida

Waldir Siqueira

Presidente da FUNCEB



Quis a benevolência dos meus pares confiar-me mais uma missão, entre as tantas que tive a oportunidade de cumprir na FUNCEB, elegendo-me seu Presidente para o biênio 2020/2022.

Aceitei esta responsabilidade com prazer, pois considero o civismo ingrediente fundamental da cultura.

Eu, que fui do escalão precursor na implantação da nossa entidade, há 20 anos, como o primeiro diretor jurídico da recém formada primeira Diretoria, pude colaborar intensamente para a formulação do seu arcabouço jurídico institucional; depois, como Presidente do Conselho de Curadores por oito anos, contribui para a consolidação dos seus objetivos, sempre tendo em mente a preocupação de fazer história através da história.

É claro que não será fácil suceder a personalidades como Flávio Corrêa, Aluizio Rebello de Araújo, Roberto Duailibi, General Joubert de Oliveira Brízida e Marcos

Arbaitman, que elevaram a FUNCEB à altura que hoje ocupa no terceiro setor. Confesso que todos estes desafios me animam. Afinal, há que dar continuidade a um impressionante rol de conquistas das últimas duas décadas, que encham de orgulho a todos os que delas participaram. Tarefa que abraço com entusiasmo.

Alinhavar as realizações da FUNCEB desde a sua primeira obra, a restauração do Monumento Nacional aos Mortos na II Guerra Mundial, no aterro da Glória, Rio de Janeiro, seria enfadonho.

Mas sempre é bom relembrar algumas delas para ilustrar a importância e diversidade das áreas em que atuou.

No campo da arquitetura militar, a FUNCEB liderou a restauração da Fortaleza de Santa Cruz, na Baía de Guanabara, da Igreja do Bom Jesus da Coluna, na Ilha do Governador, e do Forte do Brum, em Recife, hoje intensamente usado pela sociedade local.

Na produção de cultura, vale destacar, entre outras, a publicação da série “Muralhas de Pedra, Canhões de Bronze, Homens de Ferro”, uma obra espetacular em quatro volumes, cuja inédita pesquisa identificou mais de 1.300 fortes e fortalezas em território nacional. A coleção chamou a atenção dos estudiosos da matéria em todo o mundo. Nenhum outro país possui a quantidade de edificações desta natureza como o nosso.

Na área das comunicações, fato marcante foi a implantação da Rádio Verde-Oliva FM, em Brasília, hoje cabeça da rede que inclui Manaus, já em operação, Três Corações (MG), que estará pronta em outubro, e Resende (RJ), em planejamento. Graças à sua programação eclética e de alta qualidade, a rádio desfruta de grande sintonia, estando sempre entre as primeiras no IBOPE. Há que ressaltar, igualmente, a edição desta Revista DaCultura, já em seu número 35, que, com o patrocínio da FHE/POUPEX, que também patrocina o sistema de rádio, difunde semestralmente matérias de grande interesse nacional, como atestam seus leitores.

No campo da interação social e promoção do civismo, destaque especial para

o Projeto Rondon, no qual a Fundação esteve envolvida e voltará a fazê-lo quando a saúde pública permitir.

Minha gestão já começa com alguns projetos importantes, como a revitalização do Pantheon de Caxias, no Rio de Janeiro.

Também temos o compromisso de dar continuidade, e expandir, o magnífico trabalho da nossa Banda Sinfônica, aplaudida internacionalmente, e que tem sido um instrumento de grande valia na difusão da música, clássica e popular, e na aproximação e conagração com a sociedade civil, um dos objetivos pétreos da FUNCEB.

Nosso desafio de continuar a defender a cultura terá que enfrentar a escassez de recursos hoje disponíveis no país.

Mas temos certeza de que com a inestimável colaboração do Vice-Presidente General Expedito Alves de Lima, e com a eficiência do nosso Diretor Executivo General Juarez Genial, e seus abnegados companheiros, mais o indispensável apoio do Conselho de Curadores, daremos cabo da tarefa.

De tal forma que, ao final do mandato, possamos proclamar: “missão dada, missão cumprida”, como ensina o glorioso Exército Brasileiro.



Na História do Exército a Grandeza do Brasil

Crédito Simples Digital

Tudo com agilidade, segurança e
juros ainda mais baixos



The image shows a hand holding a smartphone. The screen displays the FHE PoupeX digital credit application interface. At the top, the FHE logo and 'FUNDAÇÃO HABITACIONAL DO EXÉRCITO' are visible. Below this, there are two tabs: 'CRÉDITO' (selected) and 'PARCELA'. The main form asks 'De quanto você precisa?' with a text input field containing 'R\$ 15.000'. Below that, it asks 'Em quantas vezes?' with a text input field containing '96x'. At the bottom of the form, it asks 'É participante do seguro FAM ou FAM Família?' with two radio buttons, 'Sim' and 'Não', both of which are currently unselected.

ACESSE SIMULE CONT RATE

poupeX.com.br
0800 061 3040

Consulte as normas e condições vigentes.
Sujeito a análise cadastral.



Gen Ex Joubert de Oliveira Brízida



Homenageamos, neste número, o Gen Ex Joubert de Oliveira Brízida, destacado Oficial-General do Exército Brasileiro. Ex-presidente da FUNCEB, deixou marcas profundas da sua inteligência e competência, ao longo da brilhante carreira, quer na vida militar, quer nas atividades profissionais exercidas, já na Reserva.

A sua liderança começa nos bancos escolares da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), desenvolvendo-a como jovem guerreiro, pioneiro do Curso de Forças Especiais, precursor paraquedista, mestre de salto, combatente de selva, consolidando-a até o último posto da carreira, como General de Exército, quando se despede das suas atividades militares, como Comandante Militar do Sudeste (CMSE).

Natural da cidade do Rio de Janeiro, nasceu no dia 07 de agosto de 1933.

Foi declarado Aspirante-a-Oficial da Arma de Artilharia no dia 08 de maio de 1954.

Além do curso de formação realizado na AMAN, cursou também o Instituto Militar de Engenharia (IME), a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (ESAO), Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) e a Escola Superior de Guerra (ESG).

Como Oficial Superior, já da Arma de Comunicações, foi Chefe do Serviço de Comunicações do Gabinete da Presidência da República, membro da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional e, ainda, Secretário de Informática da Secretaria Especial de Informática.

Foi adido à Embaixada do Brasil na Inglaterra.

Como Oficial-General, foi Subchefe do Estado-Maior do Exército, Diretor de

Imagem publicada na Revista DaCultura nº 11, quando era Presidente da FUNCEB, sendo entrevistado pelo redator-chefe



Material de Comunicações e Eletrônica e Comandante da 11ª Brigada de Infantaria Blindada, em Campinas.

Quando promovido à General de Divisão, foi Diretor de Informática e Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército, em Brasília.

Como General de Exército, exerceu a função de Secretário de Economia e Finanças e, ainda, a de Comandante Militar do Sudeste (CMSE).

Na FUNCEB, exerceu as suas atividades de março de 2000 até março de 2012. De abril de 2010 a 31 de março de 2012, foi seu Presidente.

Conhecedor profundo de vários idiomas, dedicou-se, durante muitos anos, à tradução de livros, ocupando esta atividade de grande parte do seu tempo. A BIBLIEx foi uma das instituições mais favorecidas com esse seu labor. Gostava muito desta atividade e afirmava que cada tradução era um aprendizado de grande valor e que enriquecia a sua cultura.

Como Presidente, quando entrevistado, assim se expressou:

“... ressalto os valores e instituições como fundamentais para o patrimônio cultural de uma nação. Inegável que, em ter-

mos de valores, a sociedade brasileira tem longo caminho a percorrer em vista da deteriorização que, no presente, eles vêm experimentando...”

Perguntado ainda, nesta entrevista, qual a sua opinião sobre a Revista DaCultura, disse:

“Apesar de jovem, já conquistou seu espaço. Em boa hora a FUNCEB decidiu editá-la. Eu a leio de cabo a rabo. Por vezes me surpreendo ao travar conhecimento com peças de nosso acervo cultural (em particular, os fortes) sobre os quais pouco sabia, malgrado meus quase cinquenta anos de serviço ativo.”

A jornada desta vida encerrou-se para o ilustre general, na tarde do dia de 16 de julho de 2020, na cidade de Brasília, no Hospital das Forças Armadas, quando faleceu aos 87 anos.

Somos gratos pela herança que nos deixou. Guardaremos em nossa memória a lembrança do Chefe e amigo, das decisões acertadas e da direção segura que sempre conduziu a FUNCEB. As marcas deixadas pelo seu testemunho no Exército e nas atividades civis que exerceu deixam um legado que será inesquecível para todos nós.



A FUNCEB SOLIDÁRIA AO LÍBANO

Roberto Duailibi - Benemérito
Ex-Presidente da FUNCEB

A Fundação Cultural Exército Brasileiro convoca todos os seus amigos a colaborar com o Líbano nesse momento dramático de sua história. Em homenagem ao grande militar brasileiro de origem libanesa, recentemente falecido, que serviu nas Missões de Paz no Oriente Médio, denominamos essa ação “Movimento General de Exército Gabriel Esper”. Para tanto, foi aberta uma conta-poupança emergencial, em nome da Câmara de Comércio Brasil-Líbano,

MOVIMENTO GENERAL DE EXÉRCITO GABRIEL ESPER



BANCO BRADESCO

Agência: 099

Conta-Poupança: 302324-9

CNPJ 62.370.887/0001-67

PORTAL PARA DOAÇÃO

**[http://www.ccbl.com.br/
2020/08/08/entidades-se-
reunem-por-auxilio-ao-libano/](http://www.ccbl.com.br/2020/08/08/entidades-se-reunem-por-auxilio-ao-libano/)**

que concentrará os eventuais fundos com total transparência e prestação de contas. Os valores arrecadados serão destinados à compra de alimentos, medicamentos e outros artigos de urgência indicados pelas autoridades libanesas. Ao mesmo tempo em que se providencia estrutura logística para armazenagem e despacho.



Maestro Benito Juarez



No dia 24 de novembro de 2002, na cidade de S. Paulo, por ocasião do encerramento da 1ª Convenção Anual da FUNCEB, militares e civis da sociedade paulistana e de outros estados tiveram a oportunidade de assistir a um belíssimo espetáculo musical, proporcionado pela Banda Sinfônica do Exército, no imponente e tradicional Teatro Municipal.

O evento marcou o início de uma etapa decisiva desse importante projeto cultural, alcançado depois de tantos esforços, desde a sua concepção e aprovação até a captação de recursos para a sua execução por intermédio do Comando Militar do Sudeste (CMSE) e da Fundação Cultural Exército Brasileiro (FUNCEB).

Sob a regência do Maestro Benito Juarez, a Banda Sinfônica, pela apresentação, naquela noite festiva, antecipava um futuro brilhante e promissor, com espetáculos musicais maravilhosos, divulgando uma face cultural do Exército de Caxias que muitos desconheciam.

Prestamos a nossa homenagem, nesta edição, ao nosso querido maestro.

Nasceu na cidade de Januária, em Minas Gerais, no dia 17 de Novembro de 1933.

Em Belo Horizonte, dedicou-se ao aprendizado de Teoria Musical e de violino na Escola de Formação Musical da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) onde concluiu o curso no ano de 1952. Em seguida, ingressou na Orquestra Sinfônica da PMMG.

Em 1967, em São Paulo, participou da criação do Coral Universitário da Universidade de São Paulo (USP), onde permaneceu até 2009.

Em 1975, foi convidado para ser o regente e diretor artístico da Orquestra Sinfônica Municipal de Campinas, quando alcançou excelentes resultados, atraindo o público para os espetáculos musicais que apresentava.

Em 1979, participou com o coral da USP em excursão a quatro países do continente africano, obtendo sucesso absoluto durante as apresentações.

Em 1995, recebeu o prêmio "Maestro Eleazar de Carvalho", como o melhor regente do país, outorgado pelo Ministério da Educação.

Em 2002, foi convidado, pela Fundação Cultural Exército Brasileiro (FUNCEB), para assumir o cargo de regente titular e diretor artístico musical da Banda Sinfônica do Exército.



Nos anos de 1973, 1975 e 1977 recebeu o troféu de melhor regente, outorgado pela Associação Paulista da Crítica de Arte (APCA).

Em 1976, o Grande Prêmio da Crítica, a mais alta honraria concedida pela APCA aos músicos do país.

Pelo Exército, foi agraciado com a Medalha do Pacificador, em 1994,

e com as medalhas da Ordem de Mérito Militar no Grau de Comendador, em 1998, e de Grande Oficial, em 2009.

Em 2008, o troféu de melhor Projeto Musical Erudito, à frente da Banda Sinfônica do Exército.

Em 2019, foi homenageado com a medalha “90 anos OSMC” pela Orquestra Sinfônica Municipal de Campinas.

Uma das características da sua trajetória musical foi a preocupação constante com a popularização da música orquestral e coral. Assim, valorizou os talentos brasileiros, de Villa-Lobos a Tom Jobim. Aprimorou a execução de todos os hinos militares nacionais. Executava obras clássicas de projeção internacional, dentre os quais citamos: Carmina

Burano, de Carl Orff; Ode à Santa Cecília, de Handel; Auto de Natal, com texto de Coelho Neto, e outros.

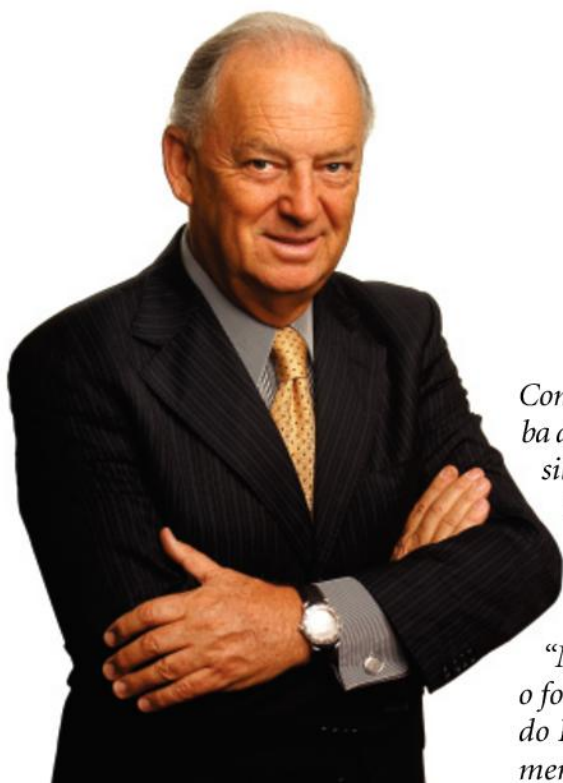
Nos seus trabalhos, também promovia os compositores eruditos brasileiros, executando e gravando obras de Carlos Gomes, Francisco Braga, a integral dos concertos para piano de Villa-Lobos, Alberto Nepomuceno, Camargo Guarniere e outros.

Benito morreu enquanto dormia, na madrugada de 3 de agosto de 2020, numa clínica de repouso em São Paulo, aos 87 anos.

Encerramos esta homenagem, enaltecendo o excelente trabalho que realizou, expressando a nossa gratidão, ao querido Maestro Benito Juarez que durante mais de 12 anos esteve conosco, deixando marcas profundas da sua competência profissional, como regente e como administrador, pela dedicação, fidelidade e, sobretudo, pelo seu amor ao Exército e à nossa Pátria.

ENTREVISTA

MARCOS ARBAITMAN



Com o sentimento de dever cumprido, Marcos Arbritman acaba de deixar a Presidência da Fundação Cultural Exército Brasileiro, nossa querida FUNCEB. Foram quatro anos de intenso trabalho, que trouxeram grandes resultados não só para a Instituição, mas para todo o País. Entre eles, destacam-se o início de operação em Manaus da Rádio Verde-Oliva, a conclusão do 4º e último volume da coletânea “Muralhas de Pedra, Canhões de Bronze, Homens de Ferro”, o fortalecimento da Banda Sinfônica do Exército, a retomada do Projeto Rondon e a recuperação e manutenção de monumentos, fortes e fortalezas.

Durante sua gestão, a Praça Princesa Isabel, na região central de São Paulo, foi totalmente revitalizada. É lá que está instalado o Monumento a Duque de Caxias, criado por um dos ícones do movimento modernista, Victor Brecheret (1894-1955). Com a ajuda da iniciativa privada, a FUNCEB recuperou este importante espaço público, onde se ergue a obra majestosa em homenagem ao Patrono do Exército. Com 48 metros de altura, é a maior estátua equestre do mundo.

Nas palavras do grande empresário do setor de turismo, o trabalho à frente da FUNCEB foi uma das tarefas mais gratificantes de sua vida, quando pôde compartilhar o entusiasmo e a dedicação dos oficiais e colaboradores do nosso querido Exército pela educação e cultura. Foi um desafio ímpar, que merece ser lembrado para sempre. Nesta entrevista, Marcos

Arbritman nos conta como foi sua experiência na Presidência da FUNCEB.

O senhor é um empresário no ramo de turismo muito bem-sucedido. Como foi estar à frente da FUNCEB?

Quatros anos passam voando, principalmente quando temos à frente uma missão tão nobre, que é zelar pelo rico patrimônio histórico e cultural do Exército Brasileiro em todo o território nacional. Aceitei levar a cabo esta formidável tarefa por incentivo de Roberto Duailibi, meu fiel escudeiro, e Aluizio Rebello de Araújo. E, mesmo sendo um empresário experiente, confesso que não conseguiria levar adiante essa missão se não fosse pelo apoio que recebemos dos Generais Synésio Scofano Fernandes (verdadeiro criador da FUNCEB), Hédel Fayad, Gerson Forini e Juarez Genial,

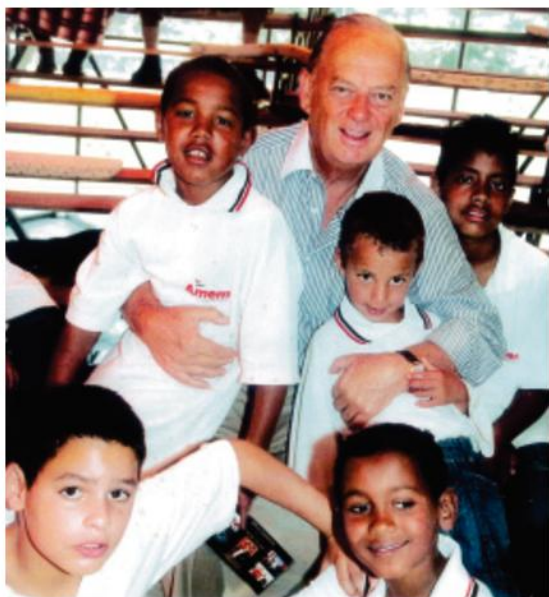
companheiro de trabalho diário, sem o qual não teria sido possível desempenhar meu trabalho. Agradeço ao meu preceptor, Dr. Flávio Corrêa, presidente do Conselho de Curadores, aos Coronéis Mario Jorge Bell de Campos e Paulo Roberto Rodrigues Teixeira (Redator da Revista DaCultura). Quero expressar minha gratidão ao Dr. Waldir Siqueira, que me sucedeu, ao meu Vice-Presidente, General de Divisão Expedito Alves de Lima, e a outros ilustres companheiros que me acompanharam nesta jornada.

No convívio com esses oficiais, reconheci o espírito de união e camaradagem que unia minha equipe nos tempos de atleta. Como sempre gostei de espor-

tes, joguei futebol no Clube Macabi, que congregava a comunidade judaica. O clube ficava na Zona Norte da capital paulista, quase às margens do rio Tietê. Lá, ainda garoto, co-



Emblema do Macabi



Marcos Arbaitman com crianças

nheci David Kopenhagen e Samuel Back, dois homens que iriam ter uma grande influência na minha trajetória profissional e pessoal.

Por causa deles, viajei pela primeira vez a Israel para participar da Macabíada, uma competição internacional que reúne judeus do mundo inteiro. Mais tarde, presidi as confederações brasileira e latino-americanas Macabi, tornando-me o primeiro não europeu ou norte-americano a chegar à presidência da União Mundial Macabi com sede em RamatGan, em Israel. David Kopenhagen e Samuel Back também exerceram um papel fundamental para que conseguíssemos enfrentar o começo difícil da nossa agência, a Maringá Turismo, e ter o sucesso de hoje.

Homens como esses fazem a diferença na vida dos outros, principalmente dos jovens. Creio que, na juventude, precisamos de exemplos positivos para balizar nossas vidas. Por isso, quando à frente da FUNCEB, contribuí para que a entidade continuasse apoiando o Projeto Rondon em sua missão de levar universitários a regiões isoladas para conhecer a realidade do País e dar sua colaboração para o desenvolvimento social e econômico dessas comunidades.

Entre 2017 e 2019, o projeto propiciou que jovens de 70 instituições do ensino superior participassem de suas expedições à Serra do Cachimbo (na divisa do Pará e do Mato Grosso), Rondônia, Pantanal Mato-Grossense, Piauí e Alagoas. Os rondonistas promoveram oficinas, palestras e workshops sobre sustentabilidade, cidadania, educação e cultura a moradores de 40 cidades do interior do Brasil. Infelizmente, as expedições para Goiás, Rondônia e Bahia, programadas para 2020, tiveram de ser adiadas para o próximo ano devido à pandemia.

Entre os feitos de sua gestão, o senhor destacou a inauguração da primeira filial da Rádio Verde-Oliva. Na sua opinião, por que esse passo foi importante?



Iniciamos em Manaus as operações da primeira filial da Rádio Verde-Oliva, que há 18 anos opera em Brasília, justamente para integrar comunidades da Amazônia. A emissora é uma das principais rádios do Distrito Federal. Em 30 de outubro passado, o General de Exército César Augusto Nardi de Souza, Comandante Militar da Amazônia, presidiu a cerimônia de inauguração da Rádio Verde-Oliva FM em Manaus. A emissora funciona dentro do Comando Militar da Amazônia, onde uma equipe é responsável pela programação musical e jornalística, além de divulgar as ações do Exército Brasileiro junto às regiões de fronteira da Amazônia. Por serem transmitidas em FM e pela Internet, as rádios Verde-Oliva de Brasília e de Manaus podem ser ouvidas em qualquer ponto do território nacional, em especial nas frações da fronteira norte, e no exterior. A rádio resulta da persistência do Exército na busca da outorga própria de frequência em locais estratégicos, da capacidade e da competência gerencial da FUNCEB e do patrocínio da FHE/POUPEX.

Como ocorreu o fortalecimento da Banda Sinfônica do Exército?

Durante nossa gestão, tivemos o prazer de prestigiar o lançamento do primeiro CD da Banda Sinfônica do Exército, “Compositores Brasileiros”, que foi realizado em 2017, em comemoração aos 15 anos do grupo, que contou com a atenção



total do General de Brigada Hedel Fayad, em São Paulo, no QG do Comando Militar do Sudeste. O CD foi gravado ao vivo na sala de ensaio da banda, em Osasco, e traz canções memoráveis como “Vozes do Agreste” (Edmundo Villani-Cortês), “Fanfarra” (Edson Beltrami) e “Duque de Ferro” (Cleber Lopes Polido).

Para divulgar essa obra, a Banda Sinfônica do Exército fez várias apresentações, inclusive no Theatro São Pedro, um dos espaços culturais mais importantes de São Paulo. “Compositores Brasileiros” surgiu com a proposta de tornar acessível um repertório de clássicos da música instrumental brasileira. As obras do CD foram originalmente escritas por autores nacionais para essa formação musical.

Falar da Banda Sinfônica do Exército é resgatar um pouco da história da FUNCEB.

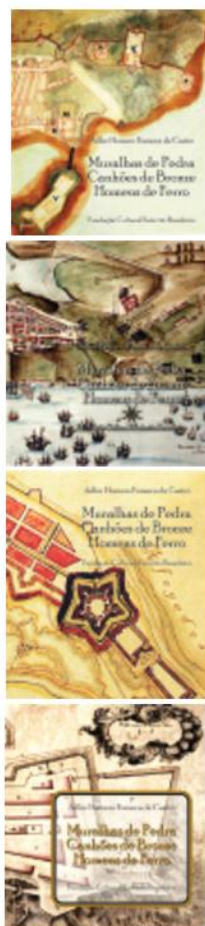
O grupo nasceu em 2002, por iniciativa do então Comandante do Exército, General Gleuber Vieira, ficando vinculado ao Comando Militar do Sudeste. Composta por 80 músicos, a Banda tem como objetivo fazer da música um bem comum, como parte das atividades culturais do Exército, estabelecendo um elo artístico cultural com a sociedade brasileira. Ao longo dos anos, o grupo se apresentou nas mais

importantes salas de concertos do Brasil, tendo conquistado diversas premiações, com destaque para o de “Melhor Projeto de Música Erudita” e o “Prêmio Especial de Cultura”, ambos concedidos em 2008, pela Associação Paulista de Críticos de Arte (APCA). Atualmente, a Banda está sob a batuta dos Tenentes Regentes de Música José Roberto Fabiano e Gilson de Souza.

Como o senhor avalia o lançamento do último volume da coletânea “Muralhas de Pedra, Canhões de Bronze, Homens de Ferro: Fortificações do Brasil (1504-2006)”

Uma das grandes alegrias que a FUNCEB nos proporcionou foi o lançamento do quarto – e último – volume desta obra de fôlego que foi coordenada pelo historiador carioca Adler Homero Fonseca de Castro. À frente de uma equipe de especialistas, ele dedicou dez anos de sua vida para levantar a história de 1.296 fortes, edificadas em todo o território nacional, além de 63 fortificações no Uruguai e seis na Guiana Francesa.

A obra foi lançada em dezembro do ano passado em meio ao II Seminário Internacional de Fortificações Brasileiras, realizado na Fortaleza de São João, no Rio de Janeiro, e contou com a presença de autoridades civis e militares, como a senhora Milagros Flores, Presidente do Comitê Científico Internacional de Fortificações e Patrimônio Militar (ICOFORT Internacional), (IPHAN) e o General Carlos Alberto Mansur, Diretor do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército, entre outras autoridades.



Entre os objetivos da FUNCEB está a recuperação e manutenção de monumentos, fortes e fortalezas. O senhor gostaria de destacar alguma obra em particular?

Gostaria de ressaltar a inauguração no ano passado do Fortim Bass, no município de Porto Calvo, um dos registros mais importantes da ocupação holandesa em Alagoas, durante o Brasil-Colônia. Após uma pesquisa arqueológica realizada pelo professor Marcos Albuquerque, pesquisador e coordenador do Laboratório de Arqueologia do Departamento de História da Universidade Federal de Pernambuco, o Fortim foi recuperado pelo IPHAN e entregue para a administração da Prefeitura de Porto Calvo, na região norte do Estado. O monumento foi construído pelos holandeses, no século XVII. Tem 40 metros de largura e 40 de comprimento, e agora terá o potencial de atrair turistas para a região que queiram conhecer um pouco mais da história do nosso País.

Embora haja extensa documentação textual e iconográfica sobre este período histórico, a superintendência do IPHAN em Alagoas convidou o professor Marcos Albuquerque para levantar a potencialidade arqueológica da bacia do Rio Manguaba, onde identificou portos e engenhos, além de pontos fortificados erguidos durante a ocupação holandesa.

Após muitas buscas, o professor Marcos Albuquerque e sua equipe localizaram uma referência iconográfica na Biblioteca do Vaticano ao fortim. A pesquisa arqueológica revelou tratar-se de uma fortificação em terra, com elementos funcionais como a contra-escarpa, o fosso, a escarpa, os meios baluartes, os flancos, o parapeito e a praça de armas. Após a conclusão da pesquisa arqueológica, a unidade de defesa foi recuperada pelo IPHAN.

Ao encerrar sua gestão frente à Presidência da FUNCEB, qual mensagem o senhor gostaria de deixar para a nossa comunidade?

Se existe algo que tenho dentro de mim é um amor imenso pelo Brasil. Durante a nossa gestão, procuramos estreitar os laços entre a iniciativa privada e a FUNCEB, para que a entidade pudesse continuar a prestar esse serviço maravilhoso ao nosso País, que é o de cuidar do patrimônio do Exército em todo o território nacional. Com muito orgulho, vimos o IPHAN apresentar, em 2017, à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) a proposta de que

o “Conjunto de Fortificações do Brasil” fosse considerado Patrimônio Mundial da Humanidade. Esse conjunto é composto por 19 fortes em 10 estados. De lá para cá, continuo acompanhando – e apoiando – a campanha para transformar essa proposta em realidade.

Sou da opinião que o Brasil tem um potencial turístico enorme. E certamente essas fortificações e o patrimônio militar contribuem para aumentar ainda mais essa potencialidade. Mesmo fora da presidência da FUNCEB, vou continuar trabalhando para valorizar essas obras e, se o Supremo Arquiteto do Universo ajudar, terei sucesso porque *Nada resiste ao trabalho.*

Currículo

Marcos Arbaitman

O empresário Marcos Arbaitman nasceu em São Paulo, em 27 de dezembro de 1938. Bacharel em Direito formado pela Universidade Mackenzie, assumiu em 1964 a direção da Maringá Turismo, que hoje é uma das maiores empresas do setor. Junto com a Lemontech e a Central de Eventos, a Maringá forma o Grupo Arbaitman, com cerca de 500 funcionários.

Foi secretário de Esportes e Turismo do Estado de São Paulo, durante os governos de Mário Covas e Geraldo Alckmin. Ex-aluno da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra, cursou Administração Privada, Direito Processual Civil, Gerência e Administração de Vendas, Gerência de Marketing, Relações Públicas, tendo estudado turismo na Europa e nos Estados Unidos.

Participa de 55 entidades. É conselheiro de seis no Exterior: The Metropolitan Opera House, Manhattan School of Music e UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Nova York), Fundação do Teatro Real de Espanha (Madri) e Museu de Israel (Jerusalém). Um dos líderes da comunidade judaica, atua na Associação Brasileira A Hebraica de São Paulo, as confederações brasileira e latino-americana Macabi, o Macabi World Union, o Clube Macabi, a Câmara Brasil-Israel de Comércio e Indústria, a Federação Israelita do Estado de São Paulo, o Centro Israelita de Assistência ao Menor, o Memorial da Imigração Judaica e do Holocausto no Brasil e o Hospital Albert Einstein.

Participa da Associação dos Clubes Esportivos Sociais e Culturais de São Paulo (ACESC), Associação dos Amigos do Menor pelo Esporte Maior (AMEM), Associação dos Agentes de Viagens (ABAV), Confederação de Organizações Turísticas da América Latina e Caribe (COTAL), Associação dos Agentes de Viagens da América (ASTA), Radius Travel, Associação Nacional do Turismo Étnico Afro-Brasileiro, Grupo de Assessoria e Participação da Secretaria de Esportes e Turismo e SPTuris. Atua ainda em prol do Museu de Arte Moderna (MAM), Fundação Bienal de São Paulo, Museu da Escultura (Mube), Mozarteum, Sala São Paulo, Museu de Arte Sacra, Sociedade Brasileira de Ópera e Unibes Cultural.



Um exemplo para os brasileiros



Flávio Corrêa

Presidente do Conselho de Curadores

Os verdadeiros heróis do Brasil, no momento, são os milhares de profissionais da saúde que estão enfrentando o inimigo invisível, o Novo Coronavírus. A sociedade tem que lhes render todas as homenagens. Muitas vezes sem dispor das medidas de proteção adequadas e de outros recursos indispensáveis, vão à batalha diariamente, faça chuva ou faça sol, arriscando a própria vida, cobrindo todos os rincões de nosso país continental, na tentativa de salvar vidas. O que muitíssimas vezes conseguem. São mais de 3 milhões de curados. A quem devemos essas vitórias? Ao exército anônimo de médicos e médicas, enfermeiros e enfermeiras, paramédicos que transportam os enfermos para os hospitais, atendentes que os recebem nas casas de saúde, enfim, todos os que formam esta maravilhosa legião de abnegados que socorrem as vítimas desta pavorosa doença que se abateu sobre nós. Eles são destemidos e valorosos soldados da pátria, que se dedicam a proteger o maior tesouro da nação: o seu povo.

Sun Tzu, em seu clássico “A Arte da Guerra”, ensinou que um dos princípios básicos para se vencer um conflito é conhecer o inimigo. No nosso teatro atual de beligerância, ainda não conseguimos conhecer bem o inimigo, que age sorrateiramente e à socapa, ceifando milhares de vidas, indiscriminadamente. Mesmo diante desta

circunstância amedrontadora, os profissionais de saúde brasileiros são heróis, são soldados da pátria. São um exército fardado de branco, ao qual se junta um grande contingente de irmãos trajando verde. Por analogia, vale lembrar a Ordem do Dia do Comandante do Exército, General Edson Leal Pujol, alusiva ao Dia do Soldado, em 25 de agosto último, referindo-se à participação direta da Força Terrestre no combate ao flagelo: “Soldado Brasileiro. Ao atender o chamado da Pátria, para combater a pandemia, realizando ações de desinfecção, doações de sangue, produção de equipamentos de proteção individual e levando apoio médico e logístico nos centros urbanos e nas mais longínquas aldeias indígenas da Brasileira Amazônia, assim como Caxias, não espere louvores ou reconhecimento”.

O nosso exército anônimo de profissionais da saúde, segue o exemplo do inesquecível e sempre pranteado Marechal Luiz Alves de Lima e Silva:

Não espere louvores ou reconhecimento.

Mas a sociedade brasileira não tem se furtado a reconhecer o que estão fazendo por todos nós.

Este texto pretende ser mais um modesto tributo ao seu altruísmo e valentia.





A chegada de Dom João VI ao Brasil em 1808, Projeto Portinari

Raízes

Legado de mais de dois séculos

A Indústria de Material Bélico do Brasil (IMBEL®) completou 45 anos, no dia 14 de julho de 2020. Criada pela Lei nº 6.227, de 14 de julho de 1975, a IMBEL® é uma Empresa Pública Federal, vinculada ao Ministério da Defesa, por intermédio do Comando do Exército. O legado histórico remonta às fábricas de armamentos, explosivos e munições outrora pertencentes ao Exército Brasileiro, com destaque para a Real Fábrica de Pólvora do Rio de Janeiro, primeira unidade fabril estratégica do Brasil, criada em 1808. Destas, foram extintas as Fábricas do Andaraí, do Realengo, de Bonsucesso e de Curitiba. As fábricas remanescentes integram hoje o patrimônio da Empresa – Fábrica da Estrela (FE), em Magé – RJ; Fábrica Presidente Vargas (FPV), em Piquete – SP; Fábrica de Itajubá (FI), em Itajubá – MG; Fábrica de Juiz de Fora (FJF), em Juiz de Fora – MG; e Fábrica de Material de Comunicações e Eletrônica (FMCE), no Rio de Janeiro – RJ.

A Empresa desenvolve suas atividades no setor de Produtos e Serviços de Defesa e de Segurança, com estrita observância das Políticas, Planos e Programas do Governo Federal e das diretrizes fixadas pelo Comandante do Exército. A IMBEL® tem por missão institucional “Fornecer soluções de defesa e segurança, com elevado conteúdo tecnológico, mantendo-se apta a atender à mobilização industrial e a fomentar a indústria nacional de defesa”.

IMBEL

45 ANOS:

Capacidades e Expectativas



1808 – Real Fábrica de Pólvora da Lagoa Rodrigo de Freitas

Pintura do Pórtico de entrada da Real Fábrica de Pólvora da Lagoa Rodrigo de Freitas - Acervo da FE



Vista da galga antiga da Fábrica – 1956

Em decorrência da transferência da Corte Portuguesa para o Brasil e da necessidade de defender a Colônia da cobiça estrangeira, foi criada por Decreto do Príncipe Regente Dom João VI, em 13 de maio de 1808, a Real Fábrica de Pólvora da Lagoa Rodrigo de Freitas, no Rio de Janeiro-RJ. Ela ocupava parte da área que hoje integra o Jardim Botânico.

Edificações remanescentes da época podem ser visitadas naquele sítio histórico, como, por exemplo, o portal de entrada da antiga Fábrica e a Casa dos Pilões, uma das suas unidades de produção, onde se realizava a etapa mais perigosa do processo de produção do explosivo – a compactação da pólvora por meio das galgas.

O crescimento da cidade em direção a Botafogo e a abertura do Jardim Botânico à visitação pública deram início à integração dessa região com a malha urbana da capital do Império, o que representava um risco à segurança dos casarios adjacentes à unidade fabril militar. Ao mesmo tempo, a diminuição gradativa de água nos rios que moviam as máquinas na fábrica chegou a provocar, em épocas de estiagem, a interrupção de seu funcionamento.

Em 1825, o Imperador D. Pedro I autorizou a construção de uma nova fábrica de pólvora



Sítio arqueológico da Casa dos Pilões no Jardim Botânico - RJ, local onde se processava uma das etapas mais perigosas da fabricação da pólvora

vora na região da Serra da Estrela, no atual município de Magé - RJ. Em 1831, a Real Fábrica de Pólvora da Lagoa Rodrigo de Freitas foi desativada e seus escravos, trabalhadores livres e militares foram transferidos definitivamente para a nova unidade fabril. O reconhecimento oficial pela primazia na fabricação de produtos de defesa e segurança veio no dia 28 de novembro de 2013, quando, em cerimônia realizada no Ministério da Defesa, a IMBEL® – Indústria de Material Bélico do Brasil foi homenageada como “Primeira Empresa de Defesa do Brasil”.



1826 – Transferência para Magé - RJ Fábrica da Estrela

Em 1826 iniciou-se o processo de transferência da Real Fábrica de Pólvora para a região da Serra da Estrela, em uma área próxima ao Porto da Estrela, na Vila Inhomirim, no sopé da Serra do Mar, rico em água e madeira nas matas adjacentes. Lá, entrou em funcionamento, em 1831, onde funciona, desde então, de forma ininterrupta. Para sua instalação, foram adquiridas as Fazendas da Cordoaria, da Mandioca e do Velasco.

Já com a denominação “Fábrica de Pólvoras da Estrela”, a unidade fabril abasteceu o Exército Imperial e os aliados durante a Guerra da Tríplice Aliança, escoando sua produção pelo Porto da Estrela.

A partir de 1939, em decorrência da reestruturação à qual foi submetida, tomou a denominação de Fábrica da Estrela (FE). A atual Fábrica preserva o patrimônio arquitetônico dos seus primórdios.



Pintura da primeira metade do século XIX reproduzindo a casa grande da Fazenda Estrela, atual Fábrica da Estrela da IMBEL® em Magé



Painel de azulejo, gravura de Rugendas, retratando um grupo de escravos – acervo da Fábrica da Estrela

Obelisco existente na atual Fábrica da Estrela, com referência ao ano da chegada da Família Real ao Brasil e à Criação da Real Fábrica de Pólvora da Lagoa Rodrigo de Freitas no Rio de Janeiro



Memorial ao trabalho escravo nas fábricas de pólvora, de autoria de Humberto Cozzo, inaugurado em 22/07/1958 na FE



1909 – Fábrica Presidente Vargas

Chegada do trem que, diariamente, conduzia os operários à Fábrica (primeiro quartil do século XX)



Foto atual da Fábrica Presidente Vargas

Após minuciosos estudos iniciados em 1902, foram adquiridas na então “Vila Vieira do Piquete”, atual município de Piquete – SP, três fazendas destinadas à construção de uma fábrica de pólvora: a Sertão, a Estrela do Norte e a Limeira. O sítio prestava-se ao fim desejado, não somente por atender à fácil obtenção de água e lenha, indispensáveis aos processos

de fabricação e à geração de energia para a fábrica, como também por sua localização a meio caminho das grandes metrópoles do Rio de Janeiro e São Paulo. Além disso, evidenciavam-se as condições fisiográficas do local, encravado entre montanhas e matas densas, garantindo a segurança das instalações e da população do entorno.

Funcionários da Fábrica Presidente Vargas reunidos (década de 1940)



Presidente Getúlio Vargas em sua segunda visita à Fábrica de Pólvora sem Fumaça (década de 1940)



Em 15 de março de 1909, com a presença do Presidente da República, Dr. Affonso Pena, foi inaugurada oficialmente a então “Fábrica de Pólvoras sem Fumaça”. Sua construção permitiu que o Exército, a partir de então, fosse suprido pelo mercado nacional de pólvora sem fumaça, acabando com a dependência exclusiva da sua aquisição no exterior.

Com o início, em 1936, da fabricação em escala de um explosivo de ruptura, o trotil, a fábrica passou a denominar-se “Fábrica de Pólvoras e Explosivos de Piquete”, logo alterada, em 1939, para “Fábrica de Piquete”. Em 1941, recebeu a visita do Presidente da República, Dr. Getúlio Vargas, cujo apoio e incentivo prestados ao fortalecimento da fábrica redundaram na mudança da denominação da unidade para Fábrica Presidente Vargas (FPV), mantida até os dias atuais.

1934 – Fábrica de Itajubá



Maria Fumaça dentro da FI (década de 1950)



Foto Aérea da
Fábrica de Itajubá
na década de 1940



Visita do presidente Getúlio Vargas à FI (16/07/1939)



Foto da oficina de
produção (década
de 1960)

Criada pelo Decreto nº 23.654, de 20/12/1933, com a denominação de “Fábrica de Canos e Sabres para Armamento Portátil”, a atual Fábrica de Itajubá (FI) representou, à época, o mais ousado empreendimento da indústria militar de defesa para armamentos leves no País. A data oficial de criação da FI coincide com o início de sua construção, em 16 de julho de 1934.

Os três mais importantes produtos por ela fabricados representam, até hoje, nas diversas épocas em que foram produzidos, o que havia de melhor em todo o mundo. Inicialmente, em 1940, o fuzil Mauser, notável projeto alemão, considerado o melhor fuzil de precisão já fabricado. O segundo viria a ser a fabricação da pistola .45 M911 A1, deri-

vada do projeto de maior sucesso em toda a história do armamento de porte, criado pela Colt, nos Estados Unidos da América. O terceiro e maior desafio viria a acontecer em 1964, quando se decidiu produzir o FAL (Fuzil Automático Leve), calibre 7,62mm, o fuzil automático de maior aceitação no mundo, adotado por cerca de 90 (noventa) países. O FAL, projeto com mais de 50 (cinquenta) anos, é ainda adotado pelo Exército Brasileiro. Aproveitando a expertise adquirida, recentemente, a FI desenvolveu melhorias no seu portfólio de produtos com lançamento da primeira linha de Fuzis de tecnologia brasileira, o IA2, juntamente com as Facas IA2 e AMZ, aprovadas e muito elogiadas por seus usuários.



1932 – Criação da Rede Elétrica de Piquete de Itajubá



As obras da construção



Estação Geradora (vista interna) de energia da REPI

A localidade de Wenceslau Braz, que na época se chamava Bicas do Meio, originou-se da pequena central hidrelétrica (PCH) concebida para atender à demanda energética das fábricas de Piquete e de Itajubá. Em setembro de 1922 chegou à região uma comissão para estudar o melhor local de quedas d'água para construí-la.



Represa REPI nos dias atuais em pleno funcionamento

Depois de visitar vários locais, a comissão optou pela cachoeira dos Negros, pertencente em sociedade aos senhores Joaquim Francisco da Costa, Manoel Rodrigues e negros descendentes de escravos.

Através de desapropriações feitas pela comissão do Ministério do Exército, iniciou-se a construção da barragem, casa de máquinas, casas para os funcionários, estações transformadoras e tudo o que fosse necessário para a implantação da usina.

No dia 08 de dezembro de 1932 foi inaugurada oficialmente a Usina Hidrelétrica de Bicas do Meio, sendo o seu primeiro diretor, o Major Sílvio Lisboa da Cunha.

Em 1934, o Presidente da República Dr. Getúlio Vargas visitou a localidade de Bicas do Meio. No dia 05 de fevereiro de 1941, a Usina recebeu a denominação de REPI – Rede Elétrica Piquete Itajubá, pois fornecia energia elétrica para as Fábricas de Piquete – SP e de Itajubá - MG.

Hoje, as turbinas da REPI, originárias da Alemanha, estão em perfeito estado de funcionamento e fornecem energia elétrica exclusivamente à Fábrica de Itajubá. Desde 2014, a pequena central hidrelétrica (PCH) passou a ser vinculada à Fábrica de Itajubá, por meio da sua Divisão de Geração de Energia.



1934 – Fábrica de Juiz de Fora



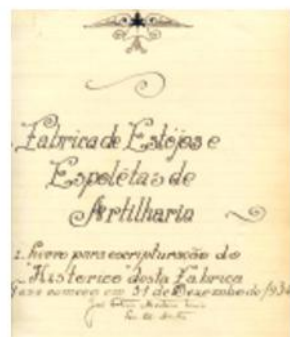
Oficina da Fábrica de Projéteis de Artilharia do Andaraí – RJ



Imagem da construção da Fábrica na década de 1930



Prensa hidráulica na linha de produção na década de 1940



Capa do livro histórico da Fábrica iniciado em 1934

Destinada originalmente à produção de estopilhas e carregamento dos estojes e projéteis de artilharia e de bombas de aviação, foi lançada, em 09 de agosto de 1934, data oficial de sua criação, no Bairro de Benfica, em Juiz de Fora - MG, a pedra fundamental da então “Fábrica de Estojes e Espoletas de Artilharia – FEEA”.

A unidade, nascida da concepção desenvolvimentista do governo Getúlio Vargas, marcou o início do processo de industrialização do País, cuja economia, até então, era fortemente dependente da economia rural. A fábrica passou a prover o Exército com a munição de grosso calibre necessária ao seu adestramento e à mobilização, evidenciada, anos mais tarde, com a participação do Brasil na II Guerra Mundial. No ano de 1939, a unidade de produção teve sua denominação alterada para Fábrica de Juiz de Fora (FJF), designação mantida até os dias atuais.

Já como integrante da IMBEL®, na década de 1980, a FJF associou-se à extinta Engenheiros Especializados S.A - ENGESA, incorporando a tecnologia de montagem da família de munições de 90mm utilizadas nas Viaturas Blindadas de Reconhecimento (VBR) CASCABEL, adotadas pelo Exército Brasileiro e também exportadas para inúmeros países da África, Oriente Médio e América Latina. Esse período, tal como fora na época da Segunda Guerra Mundial, foi bastante produtivo, não só em virtude dos contratos celebrados entre a ENGESA e países do Oriente Médio, mas por grandes obras no complexo fabril, tais como a construção de um carregamento de explosivos por compressão e de novos paíóis, a instalação de radiografia industrial e a transferência da planta de forjamento de granadas da Fábrica do Andaraí (antiga Fábrica de Projéteis de Artilharia), para as dependências da Fábrica de Juiz de Fora, o que complementou ainda mais a sua produção.

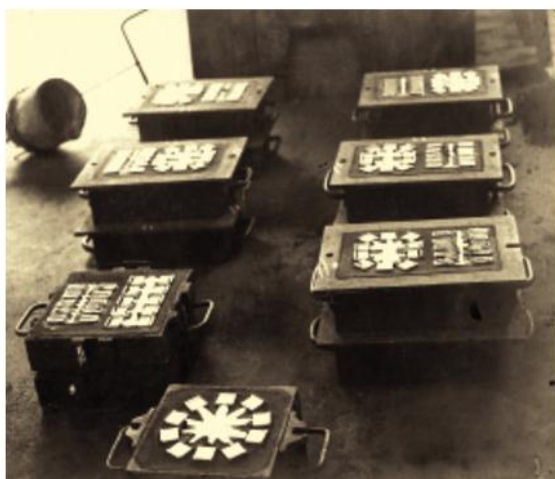
1939 – Fábrica de Material de Comunicações e Eletrônica



Oficina de montagem de material de comunicações (década de 1940)



Central telefônica de 12 direções



Formas para fundição de peças



Oficina de montagem de material de comunicações (década de 1940)

As origens da FMCE remontam às oficinas do Serviço Telegráfico do Exército, criado em 1931. Em 04 de outubro de 1939, atendendo à crescente demanda de fabricação e manutenção de material de comunicações do Exército, foi criada a Fábrica de Material de Transmissões - FMT.

Em uma época em que inexistiam indústrias capazes de fabricar equipamentos de rádio comunicações que atendessem às exigências mínimas de robustecimento dos

equipamentos militares, sua designação foi alterada para Fábrica de Material de Comunicações - FMCom, atendendo, assim, de forma semântica, as imposições tecnológicas de uma nova era.

Com a criação da IMBEL®, em 1975, aquela unidade fabril recebeu diversas denominações culminando, a partir de 1º de janeiro de 1985, com a designação atual – Fábrica de Material de Comunicações e Eletrônica - FMCE.



O Exército Brasileiro contribuiu significativamente com a Base Industrial de Defesa (BID) ao criar, no ano de 1975, a Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL®. Dessa forma, a Força Terrestre abria mão de suas fábricas, em prol de um complexo fabril voltado para a produção de materiais de defesa e segurança.

Atualmente, a IMBEL® conta com cerca de 2.150 integrantes, distribuídos em cinco Unidades de Produção e na Sede Administrativa e ocupa a honrosa posição de Empresa âncora da Base Industrial de Defesa Brasileira. A Empresa é vital para a sobrevivência do País em caso de conflito externo. Esta afirmativa se confirma ao analisarmos as dificuldades enfrentadas pelo Brasil, durante a atual pandemia, para aquisição de materiais de saúde no mercado

externo. Na eventualidade de um conflito armado em nossas fronteiras, fica a questão: onde obteríamos os materiais de emprego militar para fazer face a uma agressão externa?

Desde 2008, a Empresa está inserida no Orçamento Fiscal e no Orçamento da Seguridade Social, caracterizando-se como empresa pública dependente. Nos dias atuais, a IMBEL® busca realizar a transição do atual modelo industrial puro para o modelo industrial e gerencial. Seu maior desafio é reunir e apresentar condições que lhe facultem passar à condição de empresa não dependente do Orçamento Federal, conquistando liberdade de ação para gerar e administrar seus recursos sem depender dos aportes do Governo. A alta administração da Empresa visualiza com muito

otimismo o momento em que a IMBEL®, na prática, poderá desenvolver plenamente suas potencialidades fabris e gerenciais. Todo produto fabricado ou serviço prestado pela IMBEL® é destinado aos mercados de bens e serviços de defesa, segurança e privado, com prioridade ao cliente principal, o Exército Brasileiro. Essa condição impõe qualidade e segurança como aspectos primordiais para a IMBEL®. Dessa forma, a robustez e confiabi-

lidade dos produtos IMBEL®, na sua maioria de emprego dual, são aspectos considerados indispensáveis pelos clientes da Empresa.

Esses clientes são também demandantes de produtos e serviços com elevada tecnologia agregada, o que impõe contínuo trabalho de inteligência de mercado, para que o setor de inovação desenvolva produtos e serviços que incorporem tecnologias no estado da arte do setor de defesa e segurança.

Expectativas

Presentemente, é possível afirmar que os Objetivos Estratégicos da IMBEL® começam pela necessidade premente de alcançar sua autonomia em termos de sustentabilidade financeira, para desempenhar de forma otimizada sua destinação primordial, que consiste em contribuir de forma contínua para o fortalecimento da infraestrutura e a capacidade de mobilização industrial de defesa.

Uma vez galgada à condição de não dependência, a Empresa atingirá com celeridade seus objetivos estratégicos, melhorando a capacidade de entregar seus produtos e serviços em conformidade contratual, cultivando e mantendo alto nível de excelência no relacionamento com clientes e operando com estrutura operacional de baixo custo e alta qualida-

de. Alcançará, assim, de forma rápida e segura, uma participação relevante e sustentável no mercado.

Em paralelo a estas expectativas, a Empresa vem implantando medidas voltadas ao desenvolvimento de soluções inovadoras, da busca do modelo de negócios ideal e da garantia do domínio e manutenção de suas competências fabris e gerenciais.

Alinhando-se às orientações do Ministério da Defesa, a IMBEL® tem se preparado para a passagem da era industrial para a era do conhecimento. Visando fomentar a exportação de Produtos de Defesa (PRODE), trabalha com o foco no instrumento de promoção comercial intitulado “Interveniência Técnica”, em operações na modalidade de governo a governo (G2G). A IMBEL® também está apta a atuar como interveniente do Exército no “Desfazimento de Produtos de Defesa” (venda de materiais, equipamentos e armamentos usados), além de estar em processo de credenciamento junto ao INMETRO como “Organismo de Avaliação e Conformidade” (OAC). Como propulsão à área de Inovação, a Empresa criou uma “Instituição Científica Tecnológica” (ICT), que lhe permite alinhar a necessidade da pesquisa sobre tendências tecnológicas e os desejos dos clientes.

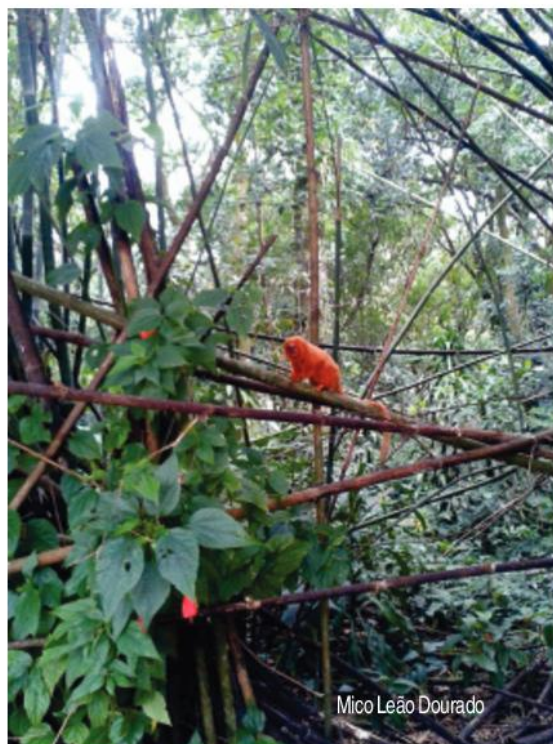




Preservação Ambiental

Para a IMBEL®, responsabilidade ambiental é uma opção de gestão ética dos seus negócios, promovendo equilíbrio entre as atividades industriais, o bem estar da força de trabalho da Empresa e das comunidades onde se localizam suas Unidades de Produção. Por meio do aperfeiçoamento dos processos de produção, do aumento da eficiência energética, de treinamentos, do adequado tratamento dos efluentes industriais e da correta destinação dos resíduos sólidos, a IMBEL® busca crescer, sempre, sem agredir o meio ambiente e de forma sustentável.

Presente em seis diferentes municípios brasileiros, a IMBEL® se orgulha de contribuir para o desenvolvimento socioeconômico das regiões onde atua e reconhece que a produção industrial de itens de defesa e segurança requer uma grande preocupação com o tema ambiental.



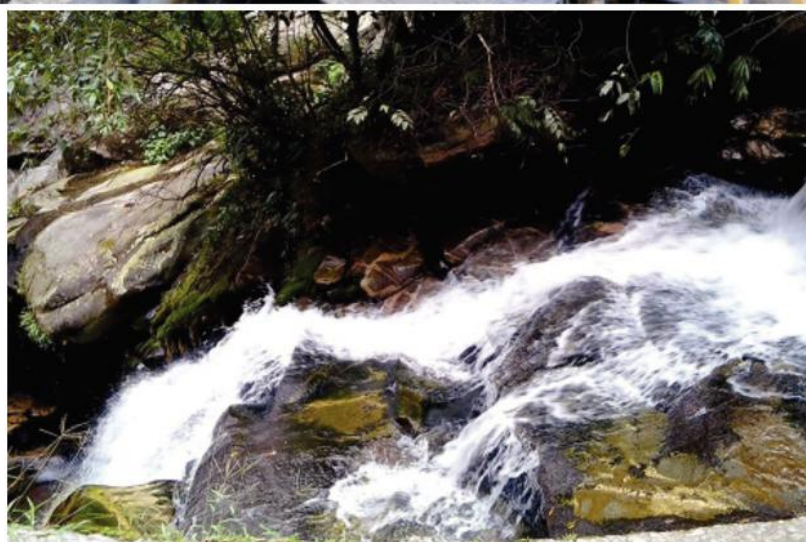
Mico Leão Dourado



Fábrica de Itajubá



Tanques purificadores



Córrego cristalino





Como visto, já no seu nascedouro como Empresa, há 45 anos, a IMBEL® teve por gênese os propósitos reais de servir ao Exército e ao Brasil, colimados desde os primórdios de 1808, sendo, portanto, recipiendária de importante legado de mais de dois séculos, do qual muito se orgulha e pelo qual trabalha, buscando superar as inúmeras dificuldades de toda sorte, desde a época da Coroa Portuguesa até o Brasil República dos dias atuais.

Ciente do seu importante papel como Empresa Estratégica de Defesa e Segurança, no contexto da Base Industrial de Defesa do País, a IMBEL® procura vencer os desafios conjunturais, para que possa continuar desenvolvendo e disponibilizando produtos e sistemas de defesa nos vieses estratégico, logístico, mercadológico, gerencial e de mobilização. Manterá, assim, a sua tradição, qualidade e eficiência, calcada nas pujantes capacidades e tecnologias autóctones, reduzindo a dependência externa, em síntese, assegurando poder dissuasório e nossa inegociável soberania nacional.

“Labor improbus omnia vincit”
Trabalho pertinaz vence todas as coisas.

Redação e revisão

– Assessoria de Comunicação Institucional e colaboradores da IMBEL®

Imagem e edição

– Pablo Carlos de Souza Costa

Coordenação

– Cel R1 Marcos Souto de Lima

– Alessandra Lauar Loschi



Catálogo de Produtos
<http://bit.ly/2YWaynh>



imbelbr



imbelbr

www.imbel.gov.br



Video Institucional
<http://bit.ly/2UFR5R>

Consulte as normas e condições vigentes. Sujeito a análise cadastral.

Crédito Imobiliário Digital

POUPEX



O **caminho** mais rápido para a sua **casa própria**

Financiamento com juros baixos,
rápida liberação e outros benefícios
para a construção e a aquisição de
imóvel, compra de terreno e material
de construção.

ACESSE SIMULE CONTRATE

p o u p e x . c o m . b r

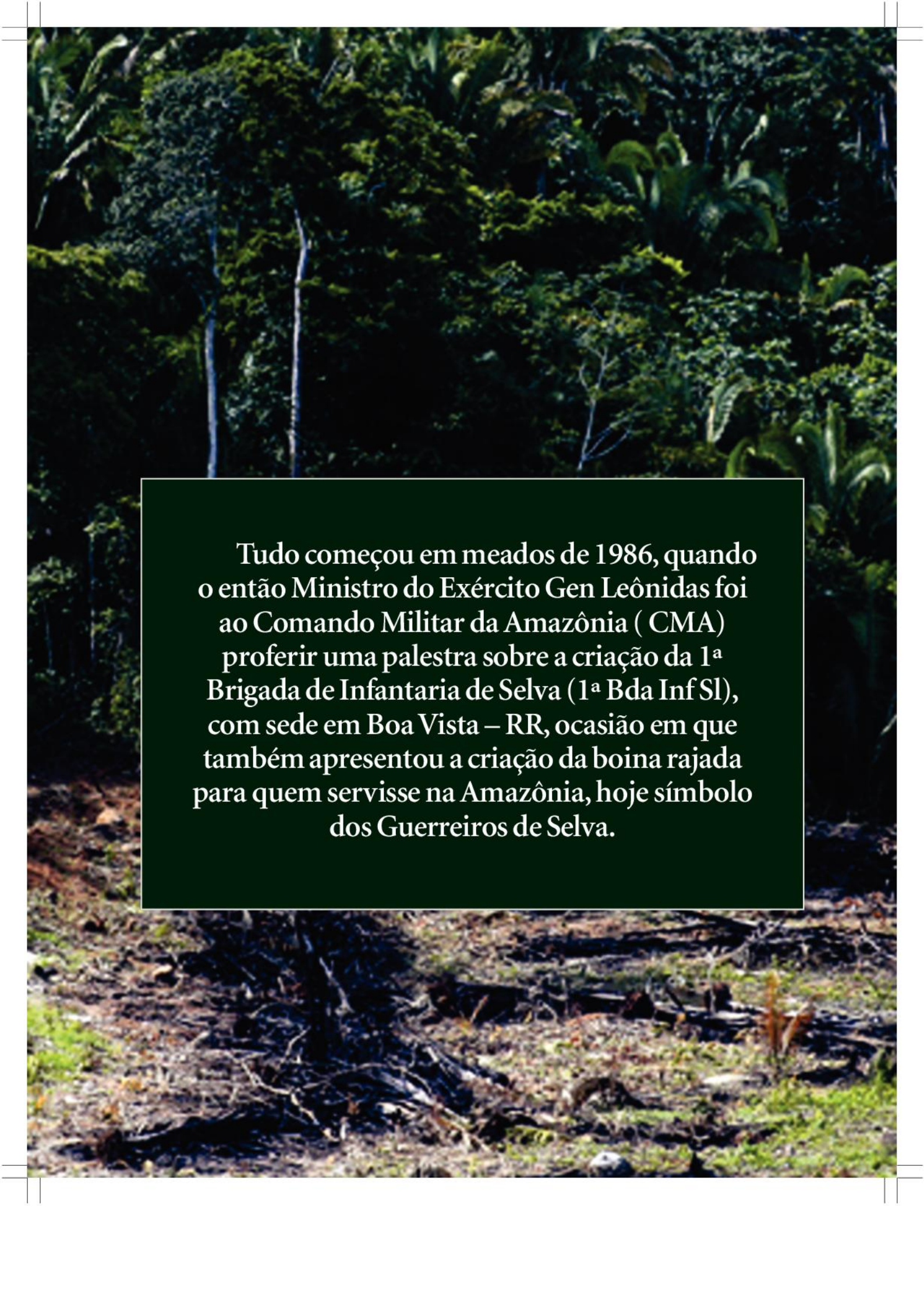
0800 061 3040



TIRO DE ARTILHARIA NA SELVA AMAZÔNICA



Paulo Roberto Corrêa de Assis



Tudo começou em meados de 1986, quando o então Ministro do Exército Gen Leônidas foi ao Comando Militar da Amazônia (CMA) proferir uma palestra sobre a criação da 1ª Brigada de Infantaria de Selva (1ª Bda Inf Sl), com sede em Boa Vista – RR, ocasião em que também apresentou a criação da boina rajada para quem servisse na Amazônia, hoje símbolo dos Guerreiros de Selva.

Durante a apresentação, no auditório do CMA, foi projetado o organograma da Bda Inf Sl sem o seu Grupo de Artilharia orgânico.



Ministro
Leônidas Pires Gonçalves

Durante o debate, apresentei-me como Subcomandante (SCmt) do CIGS e questioneei a ausência do Grupo de Artilharia de Selva, orgânico das Brigadas, que nem pontilhado estava, como criação futura. Ocasão em que o Ministro Leônidas me respondeu: “TC Paulo Assis, o dia que me comprovarem o

TIRO DA ARTILHARIA NA SELVA, eu darei ordem para pendurar o Gp Art Sl, orgânico, no organograma das Bda Inf Sl, enquanto isto não ocorrer, não será criado”.

Acatei calado e fiquei com a ideia fixa, já que havia escrito um artigo sobre como seria o emprego da Artilharia na Selva e que, quando fosse comandar, teria a chance de comprovar o Tiro da Artilharia na Selva.

Em 1988, assumi o comando do 8º Grupo de Artilharia de Campanha Paraquedista (8º GAC Pqdt) e a oportunidade surgiu, por ser a Bda Inf Pqdt apta a operar em todo o território nacional, incluindo a **Amazônia**. Levei a ideia ao Gen Pedroso, Cmt da Bda Inf Pqdt que ordenou ao E/3, Maj Mattos, que cedesse uma aeronave C-130-Hércules para o Grupo fazer a experiência, dentro dum exercício do 26º BI Pqdt em Manaus-AM, comandado pelo Cel Gilson, que cordialmente e em defesa da grandeza da causa cedeu uma aeronave para que pudéssemos comprovar tecnicamente o tiro de Artilharia na selva amazônica.

Assim foi feito e tivemos, então, a grande oportunidade que foi constatada através do Relatório enviado pela Bda Inf Pqdt ao Estado-Maior do Exército (EME).

Pudemos comprovar tecnicamente o TIRO, tanto embarcado em Balsas da Companhia Especial de Transporte (Cia Esp



Embarque do material para o cumprimento da missão

Trnp) (quando da inexistência de praias de rio nas enchentes), como, também, o tiro nas praias de rio (que surgem durante as vazantes), com o transporte das peças desmontadas de artilharia, das balsas para as “voadeiras” e a consequente montagem dos obuseiros OTTO MELARA na maioria em terra firme.

Isso fizemos com uma peça de artilharia completa, Central de Tiro e Levantamento Topográfico, utilizando-se do caminhamento margeando o rio, visto que as escalas das cartas na Amazônia, na maioria, são na escala 1/100, quando muito 1/50. Ainda mais que a Guerra na Selva se desenrola ao longo do leito dos rios, onde os alvos (objetivos) estarão nas cidades ribeirinhas.



Lançamento perfeito



Obuseiro pronto para o lançamento

Observação
avançada feita em
lanchas muito velozes
ou "voadeiras"



A Observação foi um caso à parte, em razão da dificuldade de observar os tiros devido à densa vegetação. Utilizamos tanto a observação aérea(Hlcpt da FAB), como a observação avançada em "voadeiras". Empregamos a correção em alcance pela escuta regressiva pelo som e as correções em direção, também pelo som, com os observadores posicionados na axial do tiro, fazendo as correções ora para a direita, ora para a esquerda, até trazer o tiro para a axial.

A operação foi um sucesso e se encontra publicada no BI da Bda Inf Pqdt com um minucioso relatório encaminhado ao EME. A aprovação pelo EME foi tamanha que recebi, do Min Leônidas, um "rádio" cumprimentando pelo sucesso da operação e informando que, agora sim, ele criaria os Gp Art Sl orgânicos das Bda Inf Sl. Assim foi feito.

No ano seguinte, em 1989, com o total apoio do Cmdo da Bda Inf Pqdt, dentro do planejamento anual da Instrução, partimos para a comprovação tática do

Tiro, desta vez, transportando para a Amazônia uma Bateria de Obuses completa (1 BO Pqdt), com a Central de Tiro e a Turma Topo do Grupo e mais uma turma de observadores liderados pelo Sub Cmt Maj Omar Kristochek, tal a importância quanto à segurança.

Diga-se de passagem que, no afã do tiro embarcado na balsa, uma das peças se desamarrou e caiu nas águas do Rio Preto da Eva e foi recuperada pelos artilheiros que, de imediato, mergulharam e, amarrando-a com cordas, a trouxeram, a braços, para a margem.

A missão continuou com uma luneta reserva, único dano material.

Presto aqui um parêntese para prestar uma homenagem póstuma ao 2º Ten R2 Pqdt Sidnei Antônio dos Santos Júnior

Tudo deu certo, à exceção da perda do Ten Sidnei, que faleceu com um estilhaço de granada que varou o seu pulmão, acontecimento que passo a narrar.

Estava eu na Observação Aérea quando recebi a mensagem do S/3 do Grupo, Maj Hamilton Mourão, que o Ten Sidnei tinha sido atingido por uma granada, na margem do Rio Preto da Eva onde realizava a observação avançada.

Desloquei-me para o local e, ao o sobrevoar, o Maj Omar me sinalizou que já estava se dirigindo de voadeira para Manaus, com o corpo do Tenente já sem vida.

Do alto do helicóptero, passei o Comando para o Maj Mourão prosseguir na Missão e fui para Manaus receber o corpo. Apresentei-me ao Cmt CMA, Gen Santa Cruz, e ao ChEM, Gen Thaumaturgo, e providenciamos o traslado do corpo para o Rio de Janeiro.

Telefonei para o Gen Pedroso, Cmt Bda Inf Pqdt, que me confortou dizendo:

- “Só acontece com quem faz, se os obuses estivessem na garagem, não teria acontecido”.

Tratava-se do 2º Ten Pqdt R2 Sidnei, excelente oficial, vibrador ao extremo, que deixou a vida no estrito cumprimento do dever.

Minha preocupação com a segurança era tanta, que coloquei o Sub Cmt Maj Omar chefiando a turma de Observadores. Uns observavam embarcados nas voadeiras no leito do rio, enquanto outros na margem oposta em terra firme, cujo alvo era a confluência do Rio Preto da Eva com um seu afluente, tudo dentro da margem de segurança.



Obus Otto Melara atirando das margens arenosas de um igarapé

Os obuseiros na balsa em
posição de tiro



A beleza e os perigos da floresta amazônica. Um dos
cenários das operações na selva



Aconteceu que, com a sua peculiar vibração e na ânsia de não perder o impacto dos tiros, o Ten Sidnei se descuidou e aproximou-se demais dos impactos das granadas e um estilhaço ricocheteou no tronco de uma árvore e o atingiu no peito.

Perdemos ali, em solo Amazônico, cumprindo o seu dever, o nosso guerreiro alado. Que Deus o tenha no Exército dos Céus!

Em Manaus, preparado o corpo, foi trasladado para o Rio de Janeiro e eu o acompanhei para ser entregue à família e providenciar o sepultamento com todas as homenagens póstumas.

Ocorreu que, no Rio de Janeiro, procuramos a família e, qual a nossa surpresa, constatamos que o ele não tinha família, a não ser a sua “mãe de criação”, com quem morava, e já bastante senil.

Fizemos as honras fúnebres militares, sem a presença de familiares, mas com todos os artilheiros páraquedistas presentes, dignas de um Herói.

Posto isso, mandei verificar quais seriam seus herdeiros mas nova surpresa, ele não havia declarado nenhum beneficiário, pois não os tinha, nem mesmo a sua “mãe de criação”. Fizemos de tudo para que ela ficasse com seus proventos como pensionista.

Mandei verificar o porquê da falta de familiares e, aí, veio à tona a vida pregressa.

Quando ele nasceu, sua mãe biológica, que nunca mais se apresentou, colocou-o de madrugada na porta de um banco. Quando os funcionários chegaram para o trabalho se depararam com o neném na porta do Banco e o levaram para dentro, chamando a Polícia.

Como ele seria entregue para uma creche do governo, a avó postiça de um dos funcionários se ofereceu para ficar com ele e assim foi determinado pelo Juiz da

Comarca. Ela passou a ser sua “mãe de criação”, que o criou com todo o zelo, lhe deu educação, ingressou na Faculdade e chegou gloriosamente ao oficialato como Ten R2 do Exército Brasileiro.

Essa é a história desse bravo e herói guerreiro alado. Quem o conheceu é testemunha das suas excelsas qualidades.

Como homenagem póstuma demos o nome do Pátio de Formatura do 8º GAC Pqdt de Pátio Tenente Sidnei.



Assim, o legado do Ten Sidinei está gravado na história do 8º GAC Pqdt:

– A comprovação do Tiro de Artilharia na Amazônia, onde perdeu a vida o Ten Art Pqdt Sidnei, em contrapartida deu origem aos Grupos de Artilharia de Selva, deixando-nos esse legado.

– Uma história de vida cujo anonimato veio corroborar ser o nosso Exército aquele que acolhe brasileiros de todas as classes sociais.

Órfão, e esse de pai e mãe teve no exército a sua família.

Esse é o nosso Exército!



Pátio Tenente Sidnei

Brasil Acima de Tudo! *Selva!*

Currículo

O General de Brigada Paulo Roberto Corrêa Assis é natural da cidade do Rio de Janeiro, onde nasceu no dia 04 de fevereiro de 1942, tendo sido declarado Aspirante-a-Oficial de Artilharia, em 19 de Novembro de 1964.

Como oficial intermediário, realizou os seguintes cursos: Instrutor de Educação Física, na Escola de Educação Física do Exército (EsEFEx); Curso Básico de Paraquedista; Curso de Mestre de Salto e Salto Livre, todos do Centro de Instrução Paraquedista Gen Penha Brasil (CIPqdt GPB); Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO); Operações de Informações (EsNI).

Como Oficial Superior, realizou na Escola de Estado-Maior do Exército (ECEME), o Curso de Comando e Estado-Maior (CEEM) e o de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército (CPAEx). Foi instrutor de Educação Física dos Colégios Militares do Rio de Janeiro e de Fortaleza, e ainda, no CI Pqdt GPB. Comandou o 8º GAC Pqdt. Exerceu a função de Chefe de Estado-Maior da 12ª RM. Foi Subcomandante e Subdiretor de Ensino do GIGs e também adido do Exército junto as Embaixadas dos EUA e do Canadá. Como Oficial-General, foi Chefe de Estado-Maior do Comandante Militar da Amazônia.

Dentre as principais missões no exterior, destacam-se:

- Missão conjunta com o Exército Francês em Caiena.
- Intercâmbio Doutrinário entre Exército do Brasil e dos EUA.
- Integrante da Comitativa do Exército encarregado dos estudos para a criação do Hospital de Campanha Móvel junto ao Exército Francês. Possui vários artigos escritos na Military Review, na revista do Exército Brasileiro e nas revistas do Clube Militar, em especial, em Defesa da Amazônia. Foi o mentor do Tiro de Artilharia na Selva, origem dos atuais Grupos Orgânicos das Brigadas de Infantaria de Selva.

CAPISTRANO DE ABREU E A HISTÓRIA MILITAR

Arno Wehling



A história militar do Brasil foi território quase exclusivo de militares profissionais que, em determinado momento de sua carreira, decidiram de motu próprio ou por motivos externos dedicar-se ao tema, desde a *História Militar do Brasil*, de José de Miralles, no século XVIII. Entretanto, outros autores, historiadores “gerais” do Brasil, pela qualidade de suas pesquisas, foram também utilizados como referências importantes para a compreensão do fenômeno militar no país.

Dois deles soblevam a todos, Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro e José Maria da Silva Paranhos Júnior, Barão do Rio Branco. Do primeiro, a *História geral do Brasil*, a *História das lutas com os holandeses* e a *História da Independência do Brasil*. Do segundo, o *Esboço de História do Brasil* e as *Efemérides Brasileiras*. Rápida

consulta a uma das histórias militares tradicionais do país, a *Evolução militar do Brasil*, de João Batista de Magalhães, mostrará a frequência com que o autor se arrima nas informações e nas conclusões de Varnhagen. No mesmo sentido, na obra de história da historiografia militar de Francisco de Paula Cidade, o autor lamenta que Varnhagen tenha deixado “mais ou menos de lado os aspectos não militares” da guerra holandesa, como os econômicos.¹

O motivo dessa predileção de dois historiadores tão significativos pela história militar está na própria concepção de história que tinham. Uma história centrada no Estado como a grande realização civilizatória – e não se precisava ser hegeliano no século XIX para pensar assim – colocava o cerne da explicação no processo de sua formação, consolidação e estrutura institucional.² O Estado assim concebido



Varnhagen



Barão do Rio Branco

era resultado de relações políticas e de lideranças fortes, aos quais se submetiam todas as outras variáveis da vida social e que frequentemente se afirmava pela guerra, aquela “continuação da política por outros meios”.

Ranke, no plano geral da concepção histórica, e Clausewitz, na relação entre política e guerra, davam as coordenadas de explicação do passado e do presente.

Verifica-se ser perfeitamente razoável considerar Varnhagen e Rio Branco como historiadores “gerais” que também foram historiadores militares, na medida que sua preocupação central era o Estado e suas relações políticas, inclusive – e eventualmente sobretudo – a guerra.

Capistrano de Abreu, em relação a Varnhagen, representa a geração seguinte, já influenciada pela emergência das ciências sociais – sociologia, etnografia, antropologia. E pelo pensamento evolucionista de Spencer, Darwin e Haeckel, além do positivismo de Comte e Littré. A essa geração, mais que o Estado, preocupava a Sociedade. Em consequência, as relações políticas eram em princípio secundárias face às sociais, econômicas e à cultura.

Poder-se-ia esperar, dessa forma, que se as relações políticas eram percebidas como adjacentes às demais, os temas militares perderiam ainda mais sua significação – algo como epifenômenos de epifenômenos.

A favor dessa hipótese há a filosofia positivista e evolucionista da história, que considerava as atividades bélicas próprias a um estágio anterior das sociedades, militar e agressivo, enquanto o progresso civilizatório as encaminhava agora decididamente para um estágio industrial e pacífico.

A obra de Capistrano de Abreu é assim percebida, geralmente, como preocupada pela formação social do país, en-

quanto a de Varnhagen (como a de Rio Branco), com a formação do Estado e seus problemas: unidade territorial, organização política, fronteiras. À guerra sobraria assim pouco ou nenhum espaço na abordagem da nova geração, aspecto reforçado por uma frase de Capistrano, pinçada da correspondência, na qual diz preferir às lutas externas a história dos sertões.

Como desenho geral, nada há a opor à premissa maior do modelo, o interesse pela sociedade superior ao interesse pelo Estado – até porque os problemas deste, para a geração de Capistrano, já estavam resolvidos, à exceção da questão mais superficial da forma de governo.

Talvez por isso o tema da guerra em Capistrano de Abreu não tenha despertado a atenção dos pesquisadores. No entanto, essa desatenção se choca com a evidência: é extensa a presença de acontecimentos e temas militares na sua obra.

Neste trabalho, o objetivo será demonstrá-lo e esboçar uma explicação.

Uma questão preliminar: dois momentos na abordagem teórica de Capistrano de Abreu

Há algum tempo, examinando a obra de Capistrano de Abreu a partir da perspectiva da história da historiografia, formei a convicção de que há claramente dois Capistranos, ou dois momentos claramente distintos na sua formação intelectual. No primeiro, a “fase cientificista”, na qual predominou a influência das doutrinas filosófico-sociais de caráter determinista, sobretudo o positivismo e o evolucionismo spenceriano. No segundo, a fase “historista” ou simplesmente “científica”.³

A distingui-las, a presença, no primeiro caso e a ausência, no segundo, do mecanicismo e do determinismo.

A denominação “cientificismo”, por sua vez, foi a opção porque o autor, embora adotando todas as premissas fundamentais das ideias em voga sobre a ciência, não escolheu uma delas como sua doutrina preferida: não foi positivista, evolucionista ou haeckeliano stricto sensu, mas transversalmente adotou-as nos pontos em que uma lhe pareceu superior às outras – ecletismo aliás bem capistraneano e que lhe valeu a crítica de Valentim Magalhães, segundo a qual praticava “a poligamia ou poliandria das ideias”.

Encontramos nas referências de Capistrano de Abreu as questões militares algo que possa evidenciar esses dois momentos?



Penso que sim. Num artigo de 1881 publicado na *Gazeta de Notícias*, jornal em que colaborava regularmente, o autor comentava a evolução histórica do casamento no Brasil. Para ele no Brasil profundo, dos sertões, havia uma existência *militar*, a partir dos “mandões e potentados”, enquanto no litoral, mercantil e incipientemente manufatureiro, predominava um modelo *industrial* de vida social. Explicava o uso dos conceitos: “tomo as palavras militar e industrial no sentido em que Spencer as emprega na sociologia”⁴. E, podemos acrescentar, também os positivistas, pois Comte no *Curso de Política Positiva* fazia corresponder a etapa “militar” das sociedades aos estágios teológico e metafísico da humanidade, sucedida pela “industrial”, por sua vez decorrência do estágio “científico”.

Para entender a lógica dessa aplicação à situação brasileira, é preciso lembrar

que Capistrano, como outros autores e diversos viajantes estrangeiros que estiveram no Brasil, a partir de 1808, viam a organização da defesa portuguesa – tropa profissional de primeira linha, milícias (civis) de segunda linha e ordenanças (civis) de terceira – como uma forma de militarização da sociedade, pela qual eram convocáveis todos os súditos reais entre 18 e 60 anos. Essa perspectiva fundamentava-se concretamente na impopularidade dos recrutamentos levados a efeito pelos vice-reis e governadores no século XVIII sobretudo para as guerras do sul. Além disso tinha respaldo ideológico na crítica liberal, que os condenava como mais um exemplo do despotismo absolutista.

A concepção de que a vida social colonial foi em grande parte uma experiência militar acompanhou sempre Capistrano de Abreu, como a outros historiadores, à luz de evidências como as ações das bandeiras, os conflitos com os indígenas e estrangeiros, a própria insegurança das cidades, vilas e sertões, todos temas recorrentes na documentação do período.

Essa percepção, centrada no que ocorreu no Antigo Regime, nada tinha a ver com a ideia de corpos militares profissionais atuando politicamente na sociedade: ao contrário, o modelo das repúblicas ibero-americanas parecia-lhes em geral condenável, contrastando com o “civilismo” do Império.

A ótica cientificista coadunava-se bem, dessa forma, na visão de Capistrano, ao que ocorrera no Brasil colonial.

Já na sua fase de maturidade intelectual, não há mais a preocupação em respaldar-se nos autores cientificistas: basta-lhe a evidência documental e a argumentação lógica para embasar a interpretação. Nos *Capítulos de História Colonial*, de dez capítulos e uma conclusão, três são

dominados pela temática militar (primeiros conflitos, franceses e espanhóis, guerras flamengas) enquanto nos demais, se ela não é dominante, está sempre presente.

Militares, ou civis militarizados, como bandeirantes e sertanistas, só perdem em frequência no palco colonial, segundo Capistrano, para os frades e demais religiosos, ambos afinal (à exceção da tropa paga vinda de Portugal no século XVIII) braços do mesmo organismo social.

Guerra indígena e com os indígenas e europeus

A frequência da guerra entre os diferentes povos indígenas foi assinalada na obra de Capistrano, muitas vezes causada pelos deslocamentos territoriais, como os que referiu a propósito de “três migrações diversas”, dos carijós (guaranis), de Cananéia para o sul e oeste, dos tupiniquins, no Tietê, Jequitinhonha e litoral e sertão da Bahia e dos tupinambás no Rio de Janeiro, baixo São Francisco até o Rio Grande do Norte e do Maranhão ao Pará.⁵

A sensibilidade do autor para a temática etnográfica e antropológica fez com que percebesse a relevância das frentes indígenas e dos conflitos que precederam a chegada dos europeus. Ainda hoje permanece de pé sua interpretação da geopolítica tupi:

“Desde a Paraíba ao Norte até São Vicente ao sul, o litoral estava ocupado por povos falando a mesma língua, procedentes da mesma origem, tendo os mesmos costumes, porém profundamente divididos por ódios inconciliáveis em dois grupos; a si próprio um chamava Tupiniquim e outro Tupinambá. A migração dos tupiniquins fora mais antiga; em diversos pontos os tupinambás já os haviam repellido para o sertão, como no Rio de Janeiro,

na baía de Todos os Santos, ao norte de Pernambuco; em parte de São Paulo, em Porto Seguro e Ilhéus, nas proximidades de Olinda; na serra de Ibiapaba havia, entretanto, tupiniquins habitadores do litoral.”⁶

O fato de tupiniquins se aliarem aos portugueses e tupinambás aos franceses constituiu outro fator a dificultar a colonização para os portugueses, devidamente sublinhada pelo autor, sem que se considerasse em condições de explicar as razões para as respectivas alianças.

A incorporação de Sergipe e da Paraíba constituíram episódios de uma guerra de conquista analisada em Capistrano como exemplos de conflito, no primeiro caso, entre portugueses e tupinambás, iniciado na Bahia com o governador geral Luís de Brito “fazendo guerra implacável aos índios”⁷, e no segundo caso numa escala maior, envolvendo portugueses, espanhóis, franceses, tabajaras (tupiniquins) e potiguaras (tupinambás). O autor, com a finura intelectual de sempre, não deixou de destacar as nuances do embate: portugueses e espanhóis, aliados pela vinculação ao rei comum, Felipe II, viviam em discórdia, franceses instigavam os potiguaras contra ambos, portugueses tentavam recompor alianças rasgadas com tabajaras, mas fracassaram e não conseguiram impedir que estes circunstancialmente se aliassem a seus inimigos pré-coloniais, os potiguaras.⁸

A mesma análise atenta às nuances da guerra assimétrica entre europeus e seus respectivos aliados indígenas ocorre nas descrições e análises que Capistrano faz da conquista do Maranhão (em particular da batalha de Guaxenduba)⁹, do Pará, da região de Vitória da Conquista, na Bahia¹⁰ e do cerco que o governador do Rio de Janeiro, Antônio Salema, impôs aos tamoios de Cabo Frio.¹¹

A própria simbologia da bandeira, embora fizesse parte da tradição militar portuguesa e constasse do regimento das Ordenanças, para Capistrano pode ter tido origem no hábito tupiniquim de erguer um estandarte como sinal de guerra, conforme registrado por Anchieta.¹²

No caso da presença francesa no Rio de Janeiro com Villegaignon, o autor destaca tratar-se da opção restante na costa leste, considerada a consolidação dos portugueses em Pernambuco e na Bahia e examina o conflito no contexto da ocupação indígena da Guanabara e de seu entorno.¹³

O capítulo dedicado à ocupação holandesa no Nordeste tem o título, adequado pelo enfoque dado, de “guerras flamengas”, considerando-as uma extensão da guerra de independência dos Países Baixos e dos conflitos pelas rotas comerciais no Atlântico, Índico e Pacífico. Exceto pelo final do capítulo, no qual conclui pela irredutível hostilidade entre pernambucanos (“vencedores dos flamengos, que tinham vencido os espanhóis”) e portugueses (“quiseram reasumir sua atitude de superioridade e proteção”),¹⁴ todo o texto é a narrativa militar do conflito, ficando em segundo plano os aspectos políticos, diplomáticos e econômicos.

Tipos de conflitos e valorização dos aspectos militares

Em outro texto de 1881 no qual comentava o significado histórico do 7 de Setembro, Capistrano de Abreu elaborou uma periodização da história colonial com base nos conflitos vividos pelos colonos, identificando três momentos. O primeiro, do início do século XVI a meados do XVII, seria o das “lutas pela posse do território”:

“luta contra os franceses, do Maranhão ao Rio de Janeiro; luta contra os ingleses no Amazonas; luta contra os holandeses da Bahia ao Maranhão; luta contra os aventureiros, sem pátria e indignos de pátria; luta contra os brasis que tão renhidamente porfiaram a defender o território...”¹⁵

Ao segundo denominou de “lutas municipais”, estendendo-se de meados do século XVII ao início do seguinte, aí incluindo a revolta de Beckmann e a guerra dos Mascates.

Ao terceiro, correspondendo à época da mineração, corresponderia o despertar da consciência nacional, sendo a conjuração mineira “um sintoma do caminho em que ia entrar o Brasil, e das revoltas que deveriam ensanguentá-lo”.¹⁶

Não era propriamente a batalha que o interessava, embora dela não se esquivasse, mas nitidamente preferia as considerações de natureza geopolítica, estratégica e logística, às de natureza tática e operacional, dominantes em Varnhagen e Rio Branco.

Na conquista da Paraíba identificou o movimento de pinça encetado pela expedição marítima espanhola de Flores de Valdez e pela terrestre de Frutuoso Barbosa, que redundou na fundação da terceira cidade do Brasil, Felipéia.¹⁷ Na invasão da Bahia, em 1624, destacou o cerco da cidade pelos resistentes (“uma só coisa a fazer com os recursos da terra”) e a guerra de guerrilha movida pelas companhias de emboscadas. No início da insurreição pernambucana identificou a importância estratégica do forte do Pontal, conquistado por Martim Soares Moreno e André Vidal de Negreiros em setembro de 1645:

“Para se ajuizar da importância deste ponto basta lembrar que Matias de Al-



buquerque nunca mais assistiu no arraial de Bom Jesus depois de tomado o Pontal [pelos holandeses]. Assim, a restauração começava por onde findara a conquista.”¹⁸

Em relação a outra frente colonizadora que também foi permanentemente militar, a bandeirante, Capistrano definiu sua logística, sempre com fundamento rigoroso nas fontes:

“Saíam os bandeirantes levando muito pouca bagagem; armas de fogo e munições, machados e outros utensílios agrícolas para fazer roças nos lugares que lhes pareciam mais apropriados, cereais, antes para plantar do que para alimentá-los desde o começo da viagem, sal. Os gêneros eram geralmente transportados nas cabeças dos índios; só mais tarde foram aproveitados cavalos.”¹⁹

E o estudo prossegue com a citação de fonte do final do século XVII que descreve a alimentação do bandeirante à base de raízes e animais silvestres, inteiramente exótica para os padrões europeus da testemunha.²⁰

Poucas são as referências de Capistrano a aspectos militares fora do período colonial. Numa delas, fez a resenha do livro de Taunay sobre a retirada da Laguna, destacando-lhe os aspectos estratégicos, observando que “o futuro há de tomá-lo em consideração quando discutir o melhor meio

de dirigir uma campanha que durou mais de cinco anos, podendo durar muito menos, segundo opiniões autorizadas.”²¹

Valoriza também os aspectos psicológicos da ação, com “o espanto das esperanças, as infiltrações do desânimo”²², a liderança de Camisão e a habilidade maitreira do guia Lopes.

Outra referência encontramos em artigo de 1895 sobre a Revolta da Armada, raro comentário a respeito do presente. Desta vez, sobre aspecto pontual: o impacto tecnológico do uso dos torpedos (“ou estamos supinamente enganados, ou a estrondosa descoberta será verdadeira revolução na arte da guerra”).²³

Outra exceção, por ocasião do centenário de nascimento de Caxias, em 1903. Embora seja texto de natureza biográfica e de análise predominantemente política, há nele observações interessantes às qualidades militares de Caxias. Na Balaia-da, “graças à mobilidade das forças avulsas, à habilidade com que harmonizou seus movimentos, à providência com que impediu a passagem dos balaies para o Pará e Goiás, foi por toda parte vitorioso e em pouco tempo foram aparecendo os lineamentos da nova ordem.”²⁴

Na Farroupilha, destacou a interação entre ação política e militar, ao chamar a atenção para a preocupação de Caxias, já

história do Brasil girando em torno ao Estado e este se expressando pela política e pela atuação militar. Capistrano de Abreu tinha outra ordem de preocupações: a formação da sociedade brasileira, com suas relações sociais e econômicas, seus quadros mentais e suas atividades culturais, na qual o Estado, português primeiro, nacional em seguida, era um ente relativamente secundário.

Antes de ser um preconceito doutrinário, era uma necessidade concreta: a sociedade se transformava rapidamente ante seus olhos, com o fim da escravidão, a imigração, as transformações econômicas e tecnológicas. Era razoável tentar explicar

como fora a vida social para compreender como se tornava agora. Ademais, entender a formação do Estado nacional já tinha sido tarefa cumprida pela geração anterior.

Mas o fenômeno da guerra, este permaneceu como uma evidência fática: o que Capistrano de Abreu fez não foi ignorá-lo, mas compreendê-lo em outra chave interpretativa, a dos conflitos gerados pelo choque das ondulações sociais. Em vez da guerra como a política por outros meios, a guerra como conflito intracultural (portugueses contra franceses, espanhóis ou ingleses, tupiniquins contra tupinambás) ou como conflito intercultural (portugueses contra indígenas).

Currículo



Arno Wehling

Graduado em História e em Direito, é Doutor em História e Livre Docente de História Ibérica (ambos pela USP), com Pós-Doutorado na Universidade Portucalense.

Professor Titular de Teoria e Metodologia da História (UFRJ), Professor Emérito de História do Direito e das Instituições (UNIRIO) e Professor Visitante nas Universidades de Lisboa e Portucalense.

Na gestão universitária foi Chefe de Departamento e Decano de Centro na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro e na Universidade Gama Filho, onde também foi Reitor.

Ocupa a cadeira nº 37 da Academia Brasileira de Letras e foi Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro sendo atualmente seu Presidente de Honra.

Notas de rodapé

¹ – Francisco de Paula Cidade, *Síntese de três séculos de literatura militar brasileira*, Rio de Janeiro, Bibliex, 1998, p. 315.

² Arno Wehling, *História, Estado, Memória. Varnhagen e a construção da identidade nacional*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999, p. 83; Arno Wehling, *História e Estado em Rio Branco*, in Manoel Gomes Pereira (org.), *O Barão do Rio Branco. 100 anos de memória*, Brasília, Funag, 2012, p. 323.

³ Arno Wehling, Capistrano de Abreu, a fase cientificista, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, n. 316, 1976, p. 177; revisto e republicado em *A invenção da história – estudos sobre o historicismo*, Rio de Janeiro-Niterói, UGF-UFF, 2001, p. 140.

⁴ J. Capistrano de Abreu, *Ensaio e Estudos*, 4ª. série, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976, p. 301.

⁵ Idem, *Capítulos de História Colonial*, Rio de Janeiro, Briguier, 1954, p. 55.

⁶ Idem, p. 84.

⁷ Idem, p. 118.

⁸ Idem, p. 122.

⁹ Idem, p. 130-131.

¹⁰ Idem, *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*, Rio de Janeiro, Briguier, 1960, p. 108-109.

¹¹ Idem, *Capítulos...*, p. 305.

¹² Idem, p. 178.

¹³ Idem, p. 110.

¹⁴ Idem, p. 175.

¹⁵ Idem, *Ensaio e Estudos* 4ª. série, p. 285.

¹⁶ Idem, p. 286.

¹⁷ Idem, *Capítulos...*, p. 120.

¹⁸ Idem, p. 171.

¹⁹ Idem, *Ensaio e Estudos*, 4ª. série, p. 190.

²⁰ Ibidem.

²¹ Idem, p. 100.

²² Idem, p. 101.

²³ Idem, *Ensaio e Estudos*, 3ª. série, Rio de Janeiro, Briguier, 1938, p. 205.

²⁴ Idem, *Ensaio e Estudos*, 2ª. série, Rio de Janeiro, Briguier, 1932, p. 20.

²⁵ Idem, p. 101.

²⁶ Idem, *Ensaio e Estudos*, 2ª. série, p. 22.

²⁷ Idem, p. 30.

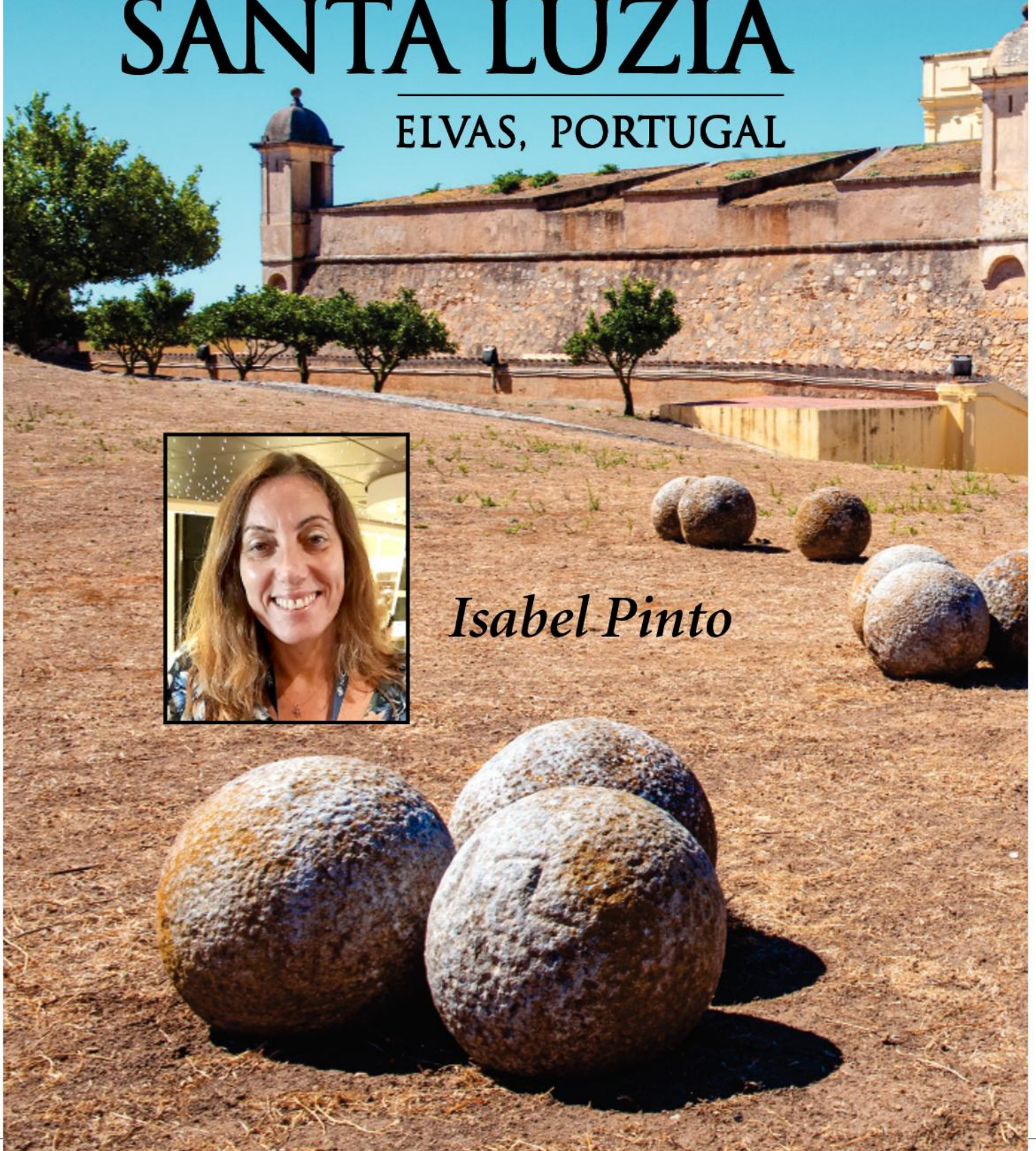
²⁸ Idem, *Capítulos...*, p. 323.

FORTE DE SANTA LUZIA

ELVAS, PORTUGAL



Isabel Pinto



“O Forte de Santa Luzia constitui um caso paradigmático do carácter eminentemente funcional da arquitetura militar abaluartada, sacrificando uma possível regularidade geométrica- que seria meramente retórica- em prol duma maximização da eficácia militar”.

Domingos Bucho, Métodos e
Escolas de Fortificação
Abaluartada em Elvas,
Edições Colibri, 2010, pág.

Vista de Este para Oeste do Forte de Santa Luzia. Destaque para a Casa do Governador e a sua porta principal a meio da cortina Norte

Foto: Alberto Mayer



O Forte de Santa Luzia visto a partir da cidade com destaque para o caminho coberto que estabelece a ligação entre ambos



Foto: Alberto Mayer. Arquivo CME

LOCALIZAÇÃO

O Forte de Santa Luzia está implantado no Outeiro de Santa Luzia ($38^{\circ}52'22.63''N$ / $7^{\circ}09'29.76''W$), na Freguesia de Assunção, Ajuda, Salvador e Santo Ildefonso, no Concelho de Elvas, Distrito de Portalegre, em Portugal. Está classificado como Monumento Nacional desde 1940, através do Decreto n.º 30 762, Diário do Governo, 1.ª série, n.º 225 de 26 setembro 1940 (muralhas e obras anexas) e integra a lista dos bens patrimoniais classificados como Património Mundial pela UNESCO da classificação da Cidade-Quartel Fronteiriça de Elvas e suas Fortificações desde 30 de junho de 2012. Está implantado a cerca de 400m a sul da cidade, com a qual se interliga através do caminho coberto, numa zona de fronteira terrestre e em posição estratégica em frente de Badajoz (Espanha). A cerca de 200m para sudeste, ergue-se o Fortim de São Mamede. No seu interior está instalado o Museu Militar do Forte de Santa Luzia.

ANTECEDENTES

No outeiro onde está localizado o Forte de Santa Luzia terá existido, no século XVI, a capela de Santa Luzia, primeiramente designada de Nossa Senhora da Esperança, fundada pelo Bispo de Safim, D. João Subtil. A

edificação do Forte de Santa Luzia está intimamente ligada à Guerra da Restauração travada entre Portugal e Espanha entre 1641 e 1668. Após a declaração da Independência, a 1 de dezembro de 1640, D. João IV sobe ao trono tendo como principal objetivo a manutenção dessa mesma independência. É neste contexto que surge a construção da fortificação abaluartada de Elvas e o Forte de Santa Luzia.

HISTÓRIA

O Forte de Santa Luzia foi construído entre 1643 e 1648, para defender a frente sul da Praça de Elvas, sob a traça final do jesuíta holandês João Paschasio Cosmader e do engenheiro francês Jean Gilot, após vários projetos anteriores, não seguindo uma escola de fortificação específica, mas tendo características inovadoras que o singularizam. Em 1641 o Governador das Armas da Província Matias de Albuquerque abre “minas” para a construção de um reduto, com capacidade para albergar 300 homens, sendo pouco depois redesenhado, com planta em estrela, por Sebastião Frias. O projeto é alterado, a 1 de março de 1642, pelo engenheiro italiano Jeronymo Roxeti, para a construção de um “forte real”. Charles Lassart,



Representação do Forte de Santa Luzia in NICOLAU DE LANGRES, *Desenhos e plantas de todas as praças do Reyno de Portugal Pello Tenente General Nicolao de Langres Francez que serviu na guerra da Acclamação* [Ca 1661]. - [58] f., enc.: 57 desenhos e plantas; 36 x 48 cm.

Fonte: Biblioteca Nacional Digital. Cópia Pública acessível em <http://purl.pt/15387>

engenheiro-mor do reino, visita o local e discorda do projeto, por o considerar irregular e com uma geometria desadequada. Em 1643, D. João IV forma uma junta composta por Cosmander, João Ballesteros, Lassart e Rozetti. Contudo, os trabalhos na fortificação não avançam devido a desentendimentos entre os engenheiros. Finalmente, em 1643, El-Rei concede o poder decisório sobre o projeto a Cosmander e a Jean Gilot, optando por uma “fortificação externa”, ou obra avançada na Praça, mais pequena do que o pretendido “forte real”. A construção ficou concluída em 1648 com uma geometria de frentes inovadora e com características que não se coadunam com o Primeiro Método Holandês, uma vez que, tal como refere Domingos Bucho, “O que parece fugir, claramente, às características do Primeiro Método Holandês, são de facto os ângulos de flanco obtusos e alinha de defesa rasante, sem flancos secundários.”¹ Assim, o Forte de Santa Luzia, de traçado abaluartado, foi construído para defender as frentes mais vulneráveis a ataques inimigos, com os ângulos de flanco obtusos e a linha de defesa rasante, fazendo um ângulo de 90° com os flancos dos baluartes, sem flancos secundários, nem canhoneiras nas cortinas.



Foto: Alberto Mayer

Fosso do reduto central.

Espaço de recepção do Museu que conduz aos antigos quartéis onde funciona o núcleo dedicado à História Militar de Elvas



Foto: Alberto Mayer

A 2 de abril de 1649, o Sargento-Mor João de Amorim é nomeado governador do Forte de Santa Luzia, exercendo funções até 1655. Apesar de o Conselho de Guerra da Praça de Elvas nem sempre considerar pertinente a necessidade de governador no Forte (em alguns anos havia um mesmo governador para a cidade e para o Forte), o mesmo teve governo próprio até 1834.

O Forte de Santa Luzia tem uma ação preponderante durante a Guerra da Restauração, no cerco a Elvas de 1658, que culminou com a Batalha das Linhas de Elvas, travada a 14 de janeiro de 1658, entre portugueses e espanhóis². Assume, igualmente, um papel importante aquando da Guerra da Sucessão de Espanha (1703-12), resistindo a dois cercos e durante as Invasões Francesas (1807-11), com a ocupação por tropas espanholas (1807), substituídas depois por tropas francesas (1808) e finalmente por tropas inglesas (1808).

No período das Guerras Liberais que decorreram em Portugal entre 1828 e 1834, que opuseram Liberais e absolutistas, o Forte de Santa Luzia constitui-se como prisão.

Em 1854, um surto epidémico de cólera-morbo em Badajoz (Espanha) ameaçou as populações da raia e provoca a criação de um lazareto (centro sanitário para quarentena dos infetados) no Forte de Santa Luzia. Com efeito, uma Comissão Municipal propõe a criação de um centro sanitário exterior ao centro urbano, próximo da linha férrea e em alternativa às condições deficientes do Hospital Militar localizado no interior da cidade:

“No Forte de Santa Luzia está-se organizando com toda a solicitude um lazareto para este serviço (...). Para aquele local são transportados em carro os passageiros vindos de Espanha onde farão a quarentena de 7 dias sendo proibido, no trânsito para ali, comunicar com alguma pessoa.”³

Durante o século XX, o monumento foi-se degradando, sem função concreta. Apenas em 1999 é lançado um Concurso Público de Ideias por parte da Direcção-Geral de Infraestruturas do Ministério da Defesa Nacional para a Salvaguarda e Valorização do Património do Estado afeto àquele organismo. É neste contexto que surge a abertura do Museu Militar no Forte de Santa Luzia, em 2001.

ARQUITETURA

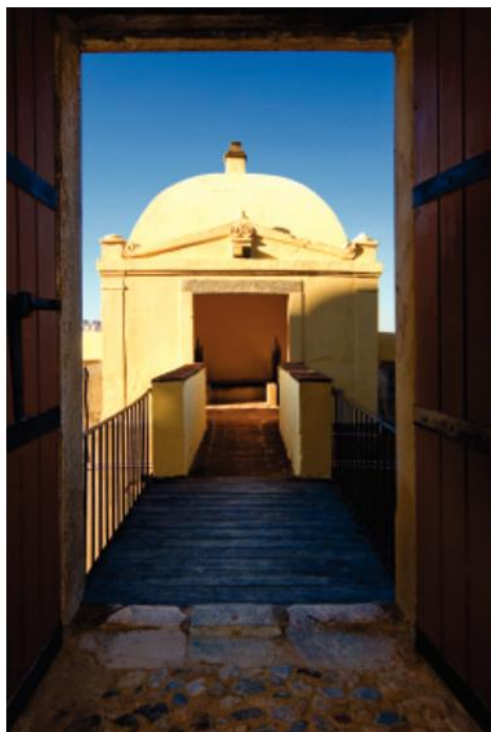
O Forte de Santa Luzia apresenta uma planta poligonal irregular composta por cortinas a formar um retângulo de 161m x 144m, com quatro baluartes de ângulo: Santa Isabel (NE), Santo António (SE), São Pedro (SO) e Conceição (NO). É envolvido por fosso com revelins a Sul e a Este e a contra-escarpa permite o acesso ao caminho coberto de traçado tenalhado, que permite a ligação à cidade muralhada. O sistema é defendido por covas de lobo que foram construídas apenas entre os finais do século XVIII e 1814.

No seu interior, separado por fosso, tem um reduto central retangular, sobreposto pela Casa do Governador. Exteriormente é circundado por um outro fosso com dois revelins, a Sul e a Este, as frentes mais vulneráveis ao ataque.

No fosso que isola o reduto central dispõem-se três conjuntos de instalações adossadas ao reparo: a Este, onde se localiza o antigo forno (atual receção do Museu), segui-

do dos antigos quartéis construídos de acordo com a tipologia dos construídos na cidade, com grande simplicidade e sem recurso à cantaria, com compartimentos individualizados, cujo acesso se faz através de porta retilínea com fresta para iluminar o interior, com lareira, marcada exteriormente por chaminé sobre o remate da fachada; a Sul (atual núcleo do Museu dedicado à História Militar de Elvas), as casernas abobadadas, à prova de bomba, com chaminés, armários, portas retilíneas molduradas a cantaria, a porta que dá acesso ao túnel da poterna, paiol e armazém de munições; a Oeste, onde se situavam as cavalaria com manjedouras e possivelmente mais quartéis com lareira (atual núcleo do Museu dedicado às unidades militares que assentaram praça em Elvas).

O reduto central apresenta-se descentrado, avançando mais para Norte, de modo a libertar espaço nos terraplenos a Sul. O acesso faz-se a partir do adarve da magistral, por ponte levadiça. A Sul ergue-se a antiga capela de Santa Luzia, com acesso a paiol e armazém a cota mais baixa.



Mecanismo da ponte levadiça que permite a passagem ao reduto central

Fotos: Alberto Mayer

No topo do reduto ergue-se a Casa do Governador, construída sobre parte da capela, de planta quadrada, com lareira e terraço e lanterna quadrangular ao centro, semelhante às guaritas. Aspeto geral exterior da Casa do Governador, com uma cisterna à direita, ao nível do terraço e a praça de Elvas a Norte.

Arquitetonicamente, o Forte de Santa Luzia apresenta uma assimetria e um conjunto de irregularidades construtivas que evidenciam o carácter funcional da arquitetura militar abaluartada que tornam este monumento singular. Com efeito, o reduto central está descentrado, posicionado mais para Norte. Segundo Domingos Bucho, “com esta disposição, deixa todo o espaço possível nos restantes terraplenos, sobretudo a Sul, onde se espera o ataque inimigo”.⁴ Outra das suas irregularidades verifica-se nos parapeitos virados para a cidade (N), dado que são muito menos espessos que os restantes e não apresentam canhoeriras nas faces internas dos

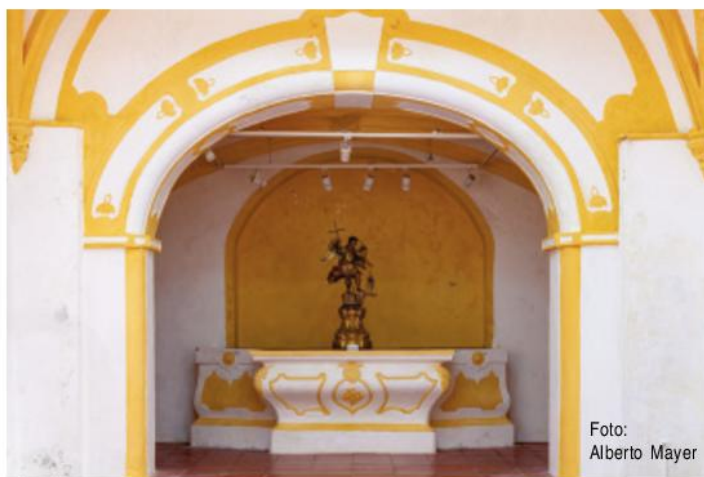


Foto:
Alberto Mayer

Altar-mor da capela de Santa Luzia

baluartes. Se o Forte fosse tomado pelo inimigo, o fogo da praça destruiria com facilidade estes parapeitos, não possibilitando a artilharia inimiga de se defender com merlões; também apenas as frentes Este e Sul apresentam revelins a defender as respetivas cortinas. A justificação encontra-se no facto de que só nestas zonas se poderia verificar um ataque inimigo, uma vez que os restantes possuem a praça (a Norte) e o Fortim de São Pedro (a Oeste).

Aspeto geral exterior da Casa do Governador, com uma cisterna à direita, ao nível do terraço, e a praça de Elvas a Norte



Foto: Alberto Mayer



Vista do lado Sul do Forte de Santa Luzia

Foto: Alberto Mayer

O MUSEU MILITAR DO FORTE DE SANTA LUZIA

18 de novembro de 2001 marca a data de abertura do Museu Militar do Forte de Santa Luzia, instalado nas antigas casernas à prova de bomba daquele monumento. A sua criação resultou de uma parceria estabelecida

entre a Câmara Municipal de Elvas e o Museu Militar de Lisboa⁵, com o objetivo de promover o conhecimento da História Militar de Elvas e da evolução da forma de fazer a



Uma das salas do núcleo museológico sobre a História Militar de Elvas

Foto: Alberto Mayer

Núcleo temática
dedicado às
unidades militares
que estabeleceram
praça em Elvas



Foto: Alberto Mayer

Peça de artilharia
acompanhada de um
manequim com um
fardamento do Regimento
de Artilharia nº 1



Foto: Alberto Mayer

guerra, entre o final da Idade Média e a primeira metade do século XIX. Este núcleo museológico apresenta, igualmente, um especial enfoque à Batalha das Linhas de Elvas. A exposição permanente do Museu está montada nas antigas casernas abobadadas e estrutura-se ao longo de seis núcleos, apoiada por um conjunto de produtos multimédia.

Em 2004 foi instalado um outro núcleo museológico nas dependências a Oeste do Forte para albergar a coleção militar do antigo Museu de Arqueologia e Etnografia de Elvas António Tomas Pires, encerrado naquele ano para reestruturação do edifício onde estava instalado⁶. Esta coleção é constituída por armamento, vestuário (uniformes, barretes, barretinas, capacetes), condecorações e fotografias pertencentes a diferentes unidades militares que estabeleceram praça em Elvas,

assim como um importante acervo de peças do contexto da participação de militares elvenses na 1ª Guerra Mundial.

Para além do espaço musealizado no interior do conjunto edificado, foram igualmente objeto de programa interpretativo do Forte os quatro baluartes, com a colocação de peças de artilharia e de um conjunto de manequins representando o fardamento de algumas unidades militares que estabeleceram praça em Elvas.

O Forte de Santa Luzia constitui, juntamente com a muralha abaluartada da Praça de Elvas (Séc. XVII), o Forte da Graça (Séc. XVIII) e os Fortins de São Domingos, São Pedro e São Mamede (Séc. XIX), todo um sistema defensivo terrestre que contribuiu para a defesa e a consolidação da fronteira entre Portugal e Espanha.

Notas:

¹ Cf. BUCHO, Domingos (2010) - *Métodos e Escolas de Fortificação Abaluartada em Elvas*, Edições Colibri, pág. 52.

² O cerco a Elvas por parte dos Castelhanos já tinha acontecido em fins de outubro de 1658, após a retirada do exército português de Badajoz. Nessa altura começa a ser preparado um exército em Estremoz (a 40 Km de Elvas) que se coloca em marcha no ano seguinte. Apesar da Batalha colocar em confronto cerca de 14500 espanhóis e 11000 portugueses, o exército português sai vitorioso, destacando-se a ação do General André de Albuquerque de Ribafria.

³ Cf. Biblioteca Municipal de Elvas, *Sentinela da fronteira*, nº337, 24-9-1884.

⁴ Cf. BUCHO, Domingos (2010) - *Métodos e Escolas de Fortificação Abaluartada em Elvas*, Edições Colibri, pág. 53

⁵ O Museu Militar de Lisboa foi a instituição responsável pela elaboração do Programa e montagem do Museu, assumindo a Câmara Municipal de Elvas a gestão do mesmo.

⁶ A coleção militar foi transferida em 2004 para o Forte de Santa Luzia e o restante acervo permaneceu em reserva até à atualidade. Neste momento, a Câmara Municipal de Elvas é promotora do projeto de recuperação e adaptação do edifício da antiga manutenção Militar de Elvas para a reinstalação do novo Museu de Arqueologia e Etnografia António Tomás Pires, ao abrigo do Programa Comunitário Alentejo 2020.

Isabel Pinto

Arqueóloga. Técnica Superior da Câmara Municipal de Elvas desde 2001. Mestre em Museologia: Pós-Graduada em Museus e Educação: Estudos Avançados em Recuperação do Património Histórico e Regeneração Urbana e Económica: e Património Cultural Imaterial. Integrou o grupo de trabalho da candidatura de Elvas a Património Mundial em 2007, tendo acompanhado todo o processo de avaliação da mesma por parte da UNESCO, desde essa data até a classificação do Bem em 2012.

É a representante técnica da Autarquia junto da Comissão Nacional da UNESCO, da Organização das Cidades Património Mundial (OCPM) e da Rede do Património Mundial de Portugal (RPMP).

Atualmente integra o grupo de trabalho que prepara o dossier de candidatura a Património Mundial das Fortalezas Abaluartadas da Raia.

É natural da cidade de Luanda, em Angola. Hoje mora na cidade de Elvas, em Portugal.

*A Praça de Elvas e o Forte da Graça
vistos a partir do Forte de Santa Luzia*





Nossos leitores



Agradeço mais uma vez o recebimento da revista “DaCultura” Nº33 - Dezembro 2019.
Muito Obrigado!

Trabalhei na década de 90 na antiga DAC, sob chefia do Gen. Freitas Pereira e outros companheiros como Cel Dantas, Cel Paulo, Cel Ronaldo.

Não poderia deixar de registrar, como intendente, a vida e trajetória do Gen Expedito Alves de Lima no nosso exército brasileiro. Que Deus continue protegendo e iluminando o nosso General.
Cel Int Ernani Simas dos Reis

Ao meu colega de turma e vizinho no bairro Sudoeste , em Brasília-DF, Synésio Scofano Fernandes, meus efusivos parabéns pela elogiável direção deste periódico dedicado a divulgar a história do Exército Brasileiro e seus eminentes personagens.

Tive duas emoções: uma quando vislumbrei , nas páginas da revista, o histórico do 2º Regimento de Cavalaria Mecanizado - Regimento João Manoel, o 2º RC como era chamada a primeira unidade em que servi como Aspirante nos idos 1962 a 1964.

Lá aprendi como enfrentar situações difíceis e não me abalar jamais. Foi uma experiência que muito me ajudou ao longo da carreira. Outra emoção: conhecer a trajetória magnífica do Gen Expedito Alves Lima, mostrando seu estoicismo, seu pragmatismo e sua glória , na obtenção de seus ideais. Tudo isso aliado a sua formação de Intendente, ocupando altos cargos e funções muitas vezes não previstas para o quadro.

Sem dúvida, o Gen Expedito tornou-se um dos expoentes do nosso Exército e da nossa Intendência.

À querida FUNCEB , agradeço o verdadeiro presente recebido.

Cel Int Ivan Pereira de Oliveira

É com satisfação que recebemos a edição de Nº 34 da Revista DaCultura, publicação que tem sido de grande relevância no aperfeiçoamento profissional e na extensão cultural de nossos militares, familiares e amigos.

Neste momento em que a pandemia da COVID-19 impede a realização de cursos, simpósios e outros eventos presenciais, a Revista DaCultura é, sem dúvida, um instrumento valioso para que possamos aprofundar nosso conhecimento sobre os aspectos culturais militares.

A edição de Nº 34, em especial, nos trouxe uma seleção de artigos de grande importância, incluindo textos que apresentam um olhar acurado sobre as contribuições do Exército Brasileiro para a formação do nosso território. Parabéns

Cel Cav Carlos Alberto Moutinho Vaz - Comandante do 14º R C Mec

Que revista maravilhosa, com reportagens fantásticas das fortificações, incluindo a de Portugal. Há uma foto do Forte Coimbra/MS, onde estive quando participei do Projeto Rondon, saudades.

Mais uma vez, agradeço este presente. Estarei lendo a Revista por completo neste final de semana, conhecendo mais da contribuição da Engenharia Militar em nossa história.

Rosana Barreto Martins - Arquiteta